

COMISSÃO DE SEGURIDADE  
SOCIAL E FAMÍLIA

## RELATORIO FINAL 2013



Brasília/2014



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Dr. Rosinha (PT/PR)

1º Vice-Presidente: Geraldo Resende (PMDB/MS)

2º Vice-Presidente: Antonio Brito (PTB/BA)

3º Vice-Presidente: Rogério Carvalho (PT/CE)

### TITULARES

Alexandre Roso - PSB/RS

André Zacharow - PMDB/PR

Antonio Brito – PTB/BA

Benedita da Silva - PT/RJ

Carmen Zanotto – PPS/SC

Chico das Verduras – PRP/RR

Colbert Martins – PMDB/BA

Darcísio Perondi - PMDB/RS

Dr. Paulo César – PSD/RJ

Dr. Rosinha – PT/PR

Eduardo Barbosa - PSDB/MG

Eleuses Paiva – PSD/SP

Fernando Morroni – PT/RS

Francisco Floriano – PR/RJ

Geraldo Resende - PMDB/MS

Jandira Feghali - PCdoB/RJ

Jhonatan de Jesus - PRB/RR

João Ananias - PCdoB/CE

José Linhares - PP/CE

Lael Varella - DEM/MG

Lauriete – PSC/ES

Manato – SSD/ES

Mandetta - DEM/MS

Mara Gabrilli - PSDB/SP

Marcus Pestana - PSDB/MG

Mario Heringer – PDT/MG

Nazareno Fonteles – PT/PI

Nilda Gondim – PMDB/ PB

Osmar Terra - PMDB/RS

Padre João – PT/MG

Rogério Carvalho - PT/SE

Rosane Ferreira - PV/PR

Saraiva Felipe - PMDB/MG

Toninho Pinheiro – PP/MG



## SUPLENTE

Amauri Teixeira – PT/BA

Anderson Ferreira – PR/PE

Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP

Assis Carvalho – PT/PI

Cida Borghetti – PROS/PR

Danilo Forte - PMDB/CE

Dr. Ubiali - PSB/SP

Elcione Barbalho - PMDB/PA

Erika Kokay - PT/DF

Geraldo Thadeu – PSD/MG

Gorete Pereira – PR/CE

Henrique Afonso – PV/AC

Henrique Fontana – PT/RS

Iracema Portella - PP/PI

Íris de Araújo – PMDB/GO

Jefferson Campos- PSD/SP

Jô Moraes - PCdoB/MG

João Campos - PSDB/GO

Liliam Sá - PROS/RJ

Luiz Argôlo - SDD/BA

Luiz de Deus - DEM/BA

Padre Ton - PT/RO

Pastor Eurico - PSB/PE

Pastor Marco Feliciano - PSC/SP

Paulo Foletto - PSB/ES

Paulo Rubem Santiago – PDT/PE

Raimundo Gomes de Matos- PSDB/CE

Roberto de Lucena - PV/SP

Rosinha da Adefal– PTdoB/AL

Sandra Rosado – PSB/RN

Silas Câmara - PSD/AM

Sueli Vidigal – PDT/ES

Vitor Paulo – PRB/RJ

Walney Rocha – PTB/RJ

Walter Feldman - PSB/SP

William Dib – PSDB/SP)

## **Equipe Servidores da CSSF**

Rubens Gomes Carneiro Filho  
Lin Israel Costa dos Santos  
Bárbara Santos Vieira  
Cláudia Ribeiro Vieira de Mello  
Diógenis dos Santos  
Elen Pedro Calvi Filho  
Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo  
Elita Henrique de Sousa  
Elizabeth Christina da Costa Lopes  
Barbosa  
Hélio de Souza Rodrigues Junior  
Honejohnny Pereira da Silva  
Maria Cristina Vannucchi Leme  
Maria do Rosário de Almeida  
Marina Basso Lacerda  
Monica Souza Ferreira  
Natalia Mateus Kawano Alves  
Patrícia Silveira Cavalcante  
Roberta de Aguiar Costa Mascarenhas  
Ronaldo César da Silveira

## **Fotografias**

Lin Israel (CSSF)  
Diógenis dos Santos (CSSF)  
Gabriela Korossy (Câmara dos Deputados)  
Zeca Ribeiro (Câmara dos Deputados)  
Lucio Bernado Jr(Câmara dos Deputados)  
Luis Macedo (Câmara dos Deputados)  
Antonio Augusto (Câmara dos Deputados)  
Viola Junior (Câmara dos Deputados)  
Antonio Araújo (Câmara dos Deputados)  
Laycer Tomaz (Câmara dos Deputados)  
JBatista (Câmara dos Deputados)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	11
FAMÍLIA .....	17
PREVIDÊNCIA.....	25
SAÚDE.....	35
DEBATES TEMÁTICOS .....	61
SEMINÁRIOS.....	69
SUBCOMISSÕES.....	75
Subcomissão Especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas às doenças determinadas pela pobreza.....	79
Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros insumos .....	80
Subcomissão Especial para discutir o tema da violência contra a mulher .....	82
Subcomissão Especial destinada ao Fortalecimento de Informação e Prestação de Contas sobre a Saúde das Mulheres e das Crianças .....	82
Subcomissão Especial destinada a avaliar o Sistema de Saúde Complementar e discutir medidas que possam contribuir para a preservação e fortalecimento das operadoras dos planos de saúde de autogestão .....	83
Subcomissão Especial destinada a discutir a informatização da saúde no Brasil.....	83
Grupo de Trabalho para discutir a saúde mental.....	83
INTERCÂMBIO COM DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS.....	85
ANEXOS .....	89



# APRESENTAÇÃO

Em 2013, a CSSF ajudou os brasileiros a saberem que uma mulher é assassinada no país a cada hora e meia por causa da violência doméstica. Uma notícia triste cercada por constatações talvez piores, como a desorganização e até a falta absoluta de órgãos e programas de proteção à mulher. Também a constatação, em viagens a várias regiões, que o machismo impera e que quarta-feira, dia de futebol, depois do jogo e da bebida, é hora de bater na companheira.

Também acompanhamos a mobilização da sociedade civil no combate ao preconceito aos portadores de fibromialgia e fadiga crônica. Na pauta ainda discutimos melhorias no atendimento do SUS, como a diminuição da espera para perícias e outros benefícios. Outro debate foi como tornar o Sistema de Adoção Brasileiro mais ágil. Ajudamos, ainda, nas discussões sobre a inclusão social dos surdocegos e pela implantação de uma Política Nacional para a população em situação de rua. Discutimos o envelhecimento digno da população e o combate à obesidade infantil. E voltamos a atenção também para o financiamento da Saúde.

Neste relatório estão essas e outras experiências, vividas através de audiências públicas, diligências, seminários, subcomissões, grupo de trabalho e o que a Comissão fez para ajudar a melhorar a vida dos cidadãos. Vocês poderão ler resumos desses debates e iniciativas e, ao final, em dois anexos, quadros completos sobre requerentes e participantes das audiências públicas e com todas as proposições apreciadas. Os temas estão divididos em quatro segmentos: assistência social, família, previdência e saúde.

Os temas enfrentados pela CSSF no ano de 2013 foram os mais complexos possíveis, desde a política sobre drogas e saúde mental, passando pela ampliação do financiamento da saúde pública e o respectivo gasto qualificado, até o intenso debate sobre o Programa Mais Médicos. Não se pode esquecer que as chamadas “mobilizações de junho de 2013” exigiram respostas rápidas dos Poderes Constituídos, uma vez que apesar de tais movimentos terem objeto difuso, pautas dispersas e até

antagônicas entre si, a identificação do que a sociedade reivindicava e algum grau de resolutividade cabia (e cabe) aos Poderes Públicos.

Portanto, para além da mera enumeração das relatorias de processos examinados na CSSF, das audiências públicas e debates, este relatório quer mostrar aos olhos do cidadão as relações entre as atribuições da Comissão, a forma com que ela aplicou na realidade cotidiana suas tarefas, e as suas repercussões sobre o atendimento dos anseios e reivindicações sociais.

Lembro que o surgimento de comissões dentro do Congresso Nacional relaciona-se com o advento do Estado intervencionista, que acarretou certa hegemonia do Poder Executivo. Mesmo na concepção neoliberal de Estado mínimo e flexibilizado, o papel do Poder Executivo é hipertrofiado para fazer valer as desregulações e desmantelamento dos direitos sociais. Ou seja, em ambas as situações a nova dimensão da Administração Pública trouxe novos encargos para o Parlamento, que teve de responder a tais demandas. E o fez por meio da especialização temática sob a forma de comissões. Surgiu assim, entre outras, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados. Por sua vez, desde o ano de 2003 o Estado brasileiro recuperou o encargo de prestar serviços públicos e de atuar em diversas áreas da vida privada, a fim de garantir a efetividade dos direitos sociais. Tal trouxe para o Congresso Nacional a responsabilidade pela quantidade e qualidade de projetos para apreciação parlamentar. No específico ano de 2013, a CSSF teve o dever de responder a altura das demandas políticas (partidos), governamentais (Poder Executivo) e sociais (manifestações, organizações sociais) que exigiram conhecimento técnico para a apreciação de cada pauta e/ou pleito.

Porém, cabe ressaltar que o trabalho cotidiano de uma Comissão deve ser pautado pelo compromisso dos seus integrantes. E faço uma avaliação serena em relação às audiências públicas. Como o anseio e o clima de disputa na defesa pela aprovação ou derrubada dos requerimentos. Mas, infelizmente, o empenho do parlamentar parece acabar no ato da aprovação do requerimento da audiência. Em algumas, tivemos baixíssimo quórum, tanto nas terças como nas quintas-feiras, quando a presença de parlamentares é ainda menor, e muitas vezes se resumindo ao

presidente da audiência. Não raro o autor do requerimento não compareceu ou pouco acompanhou o debate por ele solicitado, mesmo quando a audiência foi requerida para embasar o relatório de um Projeto de Lei. Como presidente da CSSF não posso chamar a atenção dos membros para esse tipo de inconveniente, mas sugiro que alguma atitude deve ser tomada para os próximos anos.

Também observo que as reuniões com as lideranças e representantes dos partidos para definir a pauta foram poucas. No entanto, no primeiro trimestre foram consultados sobre a pauta de consenso.

O ano de 2013 marcou ainda a discussão em torno do financiamento da saúde e da propalada – e já crônica – crise no SUS, não obstante ser considerado uma política setorial bem elaborada. Pois bem, era de se esperar que por ocasião das comemorações dos 25 anos do SUS, a participação dos integrantes, em um Seminário da comissão, fosse massiva, já que era a oportunidade de debater e inquirir com os representantes do governo em busca de alternativas concretas para a construção de um sistema de saúde eficiente, democrático e solidário. Infelizmente não foi o que aconteceu.

Por outro lado, em uma iniciativa inédita, a Comissão de Seguridade Social e Família promoveu em 2013 uma série de debates e encontros temáticos, sempre realizados às quartas-feiras, como título de “grandes temas”, sempre antes das reuniões ordinárias.

A ideia era possibilitar que todos os membros da Comissão pudessem debater as matérias relevantes pautadas pela sociedade, independentemente da existência de requerimento solicitando audiência pública ou desta ainda ser designada. Tratou-se de uma espécie de “comissão geral no plenário da comissão”, onde havia a participação dos atores envolvidos em debate direto com os parlamentares.

Os temas abordados nesses debates temáticos envolveram discussões sobre a saúde dos brasileiros, com o alerta do Ministério da Saúde, por exemplo, que o número de casos de dengue no Brasil pode se aproximar de 600 mil em 2013. Já a Anvisa apresentou sua prestação de contas e as ações desenvolvidas para aprimorar o

Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Uma delas é a criação de sistemas de informações para ajudar no planejamento e na realização de ações de vigilância sanitária em 3.800 cidades brasileiras. A Fiocruz apresentou novas pesquisas e anunciou que o Brasil vai produzir, a partir de 2015, um medicamento usado no tratamento contra a leucemia infantil.

Também dentro da programação dos encontros temáticos foi apresentada a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil / Feminicídios: a violência fatal contra a mulher”, com números que chamaram a atenção de todo país. Em três anos foram quase 17 mil assassinatos. Crimes geralmente executados por homens, geralmente parceiros ou ex-parceiros. No mesmo período, as mulheres negras foram as principais vítimas com 61% dos óbitos, principalmente nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%).

No Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, a CSSF abriu espaço para debater a saúde da população negra no Brasil. Segundo dados da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 70% dos usuários do Sistema Único de Saúde são negros. Apesar disso, a população negra tem desvantagem em praticamente todos os indicadores de saúde. Pesquisa revela que 41,5% das mulheres negras com mais de 40 anos nunca fizeram mamografia, contra 26,7% das mulheres brancas com a mesma idade.

Como podem perceber, o maior desafio de uma Comissão não é apenas aprovar projetos importantes, mas sim pensar em políticas públicas para todos os setores que são alvo do trabalho da Comissão.

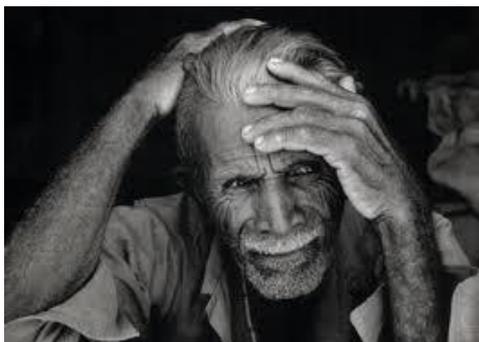
*Deputado Dr. Rosinha (PT-PR)*

*Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família / 2013*

# **ASSISTÊNCIA SOCIAL**



## **CSSF aprova emenda ao orçamento da União para atendimento a idosos**



*Com valor de R\$ 160.000.000, a Comissão de Segurança Social e Família aprovou emenda ao orçamento da União com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento ao usuário dos Serviços de Proteção Social Especial tendo como foco o atendimento ao Idoso. A unidade da administração federal que deverá gerir a aplicação dos recursos é a Fundação Nacional de Assistência Social.*

## **Cinco comissões debatem certificação das entidades filantrópicas de assistência social**

*Para debater o processo de certificação, quatro comissões fizeram uma audiência pública: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissão de Educação; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e Comissão de Segurança Social e Família. A certificação das entidades beneficentes de assistência social é um requisito para a isenção de contribuições para a seguridade social e pode ser concedida às pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos. As instituições devem ser reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação.*

## **Surdocegos reivindicam acessibilidade e inclusão social**



*Para discutir os avanços na inclusão dos surdocegos na educação, saúde, e as soluções em acessibilidade necessárias para uma plena inclusão social dessas pessoas, a CSSF fez audiência pública. A surdocegueira é uma deficiência caracterizada pela perda da audição e da visão, ao mesmo tempo, em diferentes níveis. Dependendo do nível de comprometimento da visão e audição, o contato do surdocego com o mundo pode ser bastante comprometido. Por causa disso, a pessoa surdocega pode desenvolver diferentes maneiras de comunicação e interação com o mundo. Alex Garcia, é surdocego e usa o alfabeto dactilológico para se comunicar. Ele reivindica. “Não é isso o que acontece na vida real. Tem muito discurso e nada avança. Eu espero há 13 anos por um guia-intérprete no Rio Grande do Sul e até hoje, nada. Exigimos dos parlamentares ações concretas, e isso é responsabilidade deles”, contesta. Uma das conclusões da audiência foi a criação de um grupo de trabalho em 2014, pelo Ministério da Educação, para discutir melhor atendimento aos surdocegos.*

## Servidores do IBGE querem mais concursos e melhores condições de trabalho



A situação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a necessidade de concurso público para a instituição e a falta de valorização do quadro de funcionários efetivos, foi debatida em uma audiência pública. O IBGE é uma fundação pública da administração federal criada em 1934 instalada em 1936. Tem 27 unidades estaduais, 26 nas capitais dos estados e uma no Distrito Federal. De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, o órgão tem 10.350 funcionários, entre efetivos e temporários. “Temos agências sem servidores efetivos, hoje são 4.327 trabalhadores temporários, subcontratados e explorados, que recebem R\$ 850 por mês”, ressalta Ana Magni, economista do IBGE e diretora do Sindicato da categoria. A direção do IBGE diz, em carta enviada à Comissão, que, em vista do censo de 2015, solicitou ao Ministério do Planejamento autorização para concurso público para o provimento de 696 cargos de nível intermediário, 110 de tecnologista e 110 de analista. Todos com contratação prevista para julho de 2014.

## Seguridade Social aprova moção de repúdio contra ação da PM do Distrito Federal

O Plenário da CSSF aprovou por unanimidade uma moção de repúdio ao comandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal, pela violência usada contra uma menor de 15 anos apreendida pela PM. A ação foi flagrada pelo Jornal Correio Braziliense. A adolescente, grávida de oito meses, foi transportada, algemada, em um camburão da Polícia Militar, da 6ª DP, no Paranoá, para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), na Asa Norte. A moção considera o ato “truculento e indevido”, desrespeitando cuidados com a gestação da menina. Os deputados relatam, de acordo com a reportagem, que a jovem esperou das 8 da manhã às três da tarde para ser atendida no Hospital Regional do Paranoá. Com a demora, saiu para almoçar na casa da sogra, o que fez perder a consulta. Ao voltar, soube que teria que refazer o pedido de atendimento. Revoltada, quebrou um computador e teria agredido um vigilante.

## População de rua pede mais acesso aos programas sociais do governo



*“Hoje, no Brasil, é crime ser pobre. A polícia acorda os moradores de rua com spray de pimenta e a limpeza pública recolhe os pertences dos moradores junto com o lixo. A sociedade é hipócrita, estupram nossas mulheres, batem nos nossos idosos e botam fogo em nós. Somos trabalhadores. Informais, mas somos trabalhadores. O Brasil tem uma dívida com cada um de nós”. O desabafo é de Maria dos Santos Pereira, representante do Movimento Nacional da População*

*de Rua, que participou de uma audiência pública sobre o decreto nº 7.053/2009 do governo federal que trata da implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Maria também condena as internações compulsórias e o programa “Crack é possível vencer” por violação dos direitos humanos. Ela afirma que, por conta dos grandes eventos previstos para o país, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016, querem “limpar” as cidades. “Precisamos de políticas estruturantes e não compensatórias. Por exemplo, temos que acessar o programa Minha Casa, Minha Vida e não conseguimos, apesar de preenchermos todos os pré-requisitos”, conclui a líder do movimento. Todos participaram de audiência pública na CSSF.*

## Instituição do Vale Transporte Social



*Todos recordam que o estopim das manifestações de junho de 2013 foi a violência policial contra o aumento das passagens de transporte coletivo e, para além, a reivindicação por mobilidade urbana. A CSSF não poderia ficar indiferente a um dos cernes principais das vozes das ruas. Logo, como tramitava na CSSF o Projeto de Lei nº 2965, de 2011, de autoria do Deputado Rogério Carvalho e o Relator era o Deputado Dr. Rosinha, ambos reconheceram*

*que a qualidade de vida, principalmente, de um trabalhador que necessita utilizar o transporte público e as vias de acesso, diariamente, tem sido alvo de debate na sociedade brasileira e em outras cidades do Mundo. A questão era apresentar proposta concreta para responder a questão de como uma cidade pode crescer, gerar renda, emprego e, ao mesmo tempo renovar suas estruturas de transporte sem que isso represente custos adicionais para as famílias ou inviabilize o direito de ir e vir dos cidadãos. A resposta foi o Vale Transporte Social. Assim, o Projeto foi pautado e aprovado pelo colegiado da Comissão, que lembrou que a questão da mobilidade urbana interfere diretamente sobre o acesso a diferentes pontos das cidades (incluindo o local de trabalho), aos serviços públicos e ao meio ambiente.*

## **Seguridade Social garante avanços na luta contra a violência doméstica**

*A CSSF aprovou por unanimidade o substitutivo do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) ao Projeto de Lei nº 3.256 de 2012, que estabelece como prioridade para o recebimento de benefício eventual, por situação de vulnerabilidade temporária, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, afastada do domicílio para preservação de sua integridade física e psicológica. O Projeto de Lei é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE). O PL segue agora para a Comissão de Finanças e Tributação. A mudança proposta pelo relator do Projeto de Lei, , retira do original o prazo de até dois anos para a vítima de violência doméstica ficar recebendo o do benefício, e deixa a critério dos conselhos municipais de assistência social, a duração do tempo de concessão do benefício. Para o deputado Dr. Rosinha, a alteração vai facilitar a reinserção da vítima de violência doméstica na comunidade.*

**FAMÍLIA**



## Burocracia e lei confusa dificultam adoções no país



*“Amor não se divide, amor se multiplica”. A afirmação é de Bárbara Toledo, da Associação Nacional dos Grupos de Adoção, durante audiência pública. De acordo com Bárbara, 45 mil crianças esperam por adoção no país e, para serem adotadas, enfrentam um grande problema: o preconceito. Hoje existem três cadastros de adoção: nacional, estadual e local, de adoção, isso dificulta os processos. Em muitos casos, a lei não deixa claro o que fazer. A legislação pode e deve ser aperfeiçoada. O cadastro nacional tem hoje 5.439 crianças aptas a adoção e 29.887 pessoas que querem adotar e, grande parte não quer quem está disponível, crianças com mais de 5 anos de idade ou adolescentes. Os participantes da audiência pública sugerem a criação de um cadastro único para os processos de adoção, que leve em conta as compatibilidades. Outra iniciativa seria analisar com maior rapidez os projetos de lei que tramitam na Câmara sobre o tema.*

## Deputados pedem o fim da violência contra a mulher no Piauí



*Deputados que integram a CSSF participaram na Assembleia Legislativa do Piauí, em Teresina, de uma sessão especial para debater a violência contra as mulheres no Brasil, e também questões relacionadas ao atendimento à saúde mental no estado. Participaram os deputados federais Dr. Rosinha (PT-PR), Nilda Gondim (PMDB-PB), presidente da Subcomissão de Enfrentamento à violência contra a Mulher, Rosane Ferreira (PV-PR), Assis Carvalho (PT-PI), Dr. Paulo César (PSD-RJ) e Érika Kokay (PT-DF). Os deputados afirmaram que dados da violência contra as mulheres são alarmantes. Entre 2000 e 2010 foram registrados 43.654 assassinatos de mulheres, o que representa 4.365 por ano e um caso a cada duas horas. A comitiva também apresentou ao governador Wilson Martins (PSB) as demandas ouvidas dos movimentos sociais durante as visitas e reuniões realizadas em Teresina. Nos dois dias a comitiva visitou o Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência da Defensoria Pública, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, o Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Casa Abrigo de Teresina e o Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.*

## **Seguridade Social foi ao Tocantins debater a violência doméstica com movimentos sociais**



*Deputados da CSSF estiveram em Palmas para uma série de atividades voltadas ao combate à violência contra a mulher. Os deputados participaram do seminário “Para Elas”, no auditório da Universidade Luterana do Brasil. Fazem parte da comitiva os deputados Rosane Ferreira (PV-PR), Professora Dorinha (DEM-TO) e Dr. Paulo César (PSD-RJ) e Dr. Rosinha (PT-PR). Em 2010, a Central de Atendimento à Mulher registrou aproximadamente 2.900 denúncias de violência doméstica no estado. No mesmo ano 34 mulheres foram assassinadas no Tocantins. Também em Palmas, a comitiva promoveu um debate na Assembleia Legislativa do Tocantins para avaliar ações de combate à violência contra a mulher. Participaram do encontro, no gabinete da presidência da Casa, representantes de movimentos sociais, poder judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público. De acordo com o Tribunal de Contas da União, Palmas tem uma população de aproximadamente 116 mil mulheres (Censo 2010), mas não possui serviços adequados para atender casos de violência contra a mulher. Os Centros de Referência trabalham com poucos funcionários e a maioria deles é terceirizada. Ainda segundo o TCU o prazo médio para concessão de medida protetiva de urgência são apreciados em 15 dias úteis, prazo muito acima do razoável em se considerando a urgência. Tocantins conta ainda com três Centros de Referência de Defesa da Mulher Vítima de Violência, em Palmas, Gurupi e Araguaína. Na capital, são oferecidos serviços de atendimento psicológico e serviço social, além de encaminhamento para a casa-abrigo.*

## **Comissão pede explicações ao governo do Piauí sobre falta de proteção à mulher vítima de violência**

*A CSSF enviou ofício ao secretário de Segurança Pública do Piauí, Robert Magalhães, pedindo solução para a série de problemas encontrados durante missão oficial para apurar casos de violência contra a mulher, e a situação dos serviços oferecidos pelo governo estadual para combater o problema. A Comissão esteve em Teresina nos dias 13 e 14 de junho e durante a visita, a comitiva de deputados recebeu vários relatos e denúncias de representantes da sociedade civil, que foram confirmados por gestores públicos, sobre as fragilidades na política pública voltada ao tema. Entre os problemas encontrados, estão a falta de recursos humanos, de acessibilidade e estrutura física adequada às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher inclusive para, como prevê a Lei 11.340, encaminhar a vítima ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal, e a inexistência de plantões nessas Delegacias. Como não houve resposta, em outubro novo ofício foi enviado ao governo do Piauí solicitando providências urgentes.*

## **Seguridade Social pede ao governo do Amapá melhorias para atender casos de violência doméstica**



*Dados oficiais revelam que até abril deste ano foram registrados 3.125 casos de violência contra a mulher na Delegacia da Mulher do Amapá. Mas, de acordo com o Ministério Público, o estado não tem delegacia especializada e preparada para lidar com a violência de gênero. Em 81 por cento das ocorrências as vítimas tem entre 18 e 31 anos de idade. Deputados da CSSF estiveram em Macapá para atividades relacionadas à violência contra a mulher. Integraram a comitiva os deputados Dr. Rosinha (PT-PR), Dr. Paulo César (PSD-RJ), Fátima Pelaes (PMDB-AP), Janete Capiberibe (PSB- AP) e Dalva Figueiredo (PT-AP). Em audiência pública na Assembleia Legislativa, os parlamentares ouviram representantes dos movimentos sociais que trabalham com mulheres em situação de violência. Cerca de 200 mulheres participaram. Também no Amapá a Comissão constatou uma rede de proteção precária, servidores e funcionários despreparados, falta de estrutura e de atendimento adequado às mulheres vítimas da violência doméstica.*

## **Concessão de terras públicas preferencialmente às famílias chefiadas por mulheres**

*A CSSF aprovou o substitutivo do Deputado Dr. Jorge Silva ao PL n°. 1.823/2011, da Deputada Sandra Rosado, estabelecendo preferência às famílias chefiadas por mulheres na concessão de terras públicas e a igualdade entre homens e mulheres na aquisição de terras públicas.*

## **Deputados debatem a violência doméstica no Mato Grosso**



*Para discutir a violência contra a mulher no Mato Grosso, deputados da CSSF participaram de um encontro com a sociedade civil em São Félix do Araguaia. De janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher registrou aproximadamente seis mil denúncias do estado do Mato Grosso, estado no qual, em 2010, a taxa de homicídios femininos foi de 5,4 para cada 100 mil mulheres, representando a 11º maior taxa do Brasil. Em São Félix do Araguaia, o encontro da comitiva de deputados federais com movimentos sociais, gestores, conselheiros de direitos, pesquisadores e estudantes aconteceu no Centro Comunitário Tia Irene. Participaram da*

comitiva os deputados federais Dr. Rosinha (PT-PR), Rosane Ferreira (PV-PR), Dr. Paulo César (PSD-RJ) e Marina Sant'Anna (PT-GO). O bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga esteve, com os deputados federais que foram até São Félix encontrar a sociedade civil para debater a violência contra a mulher no estado. Adepto da teologia da libertação, poeta, autor de várias obras sobre antropologia, sociologia e ecologia, Dom Pedro já foi alvo de inúmeras ameaças de morte e por cinco vezes, durante a ditadura militar, foi alvo de processos de expulsão do Brasil.

### **Polícia de Porto Velho registra cerca de 30 casos por dia de violência contra a mulher**



Do início deste ano até agora foram 4.600 ocorrências. A delegada responsável pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Porto Velho, Maria Cristina Gazoni, informa que a maioria dos casos acontece aos finais de semana e em dias de futebol na televisão, a maioria provocados pelo uso abusivo de álcool. A delegacia tem poucos servidores e não conta com psicólogo ou assistente social, por exemplo.

Comitiva de deputados da CSSF esteve em Rondônia para debater a violência contra a mulher. Durante o encontro, o representante do governo do estado prometeu a nomeação de quatro assistentes sociais e duas psicólogas para a delegacia. Segundo dados de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no período 2009-2011 foram 7,42 assassinatos para cada 100 mil mulheres no estado. Por este estudo Rondônia ocupa a 7ª posição no ranking nacional sobre violência doméstica. Já de acordo com o Mapa da Violência, de janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher de Rondônia registrou aproximadamente 3.000 denúncias, representando o índice de 392 registros para cada grupo de 100 mil mulheres. A comitiva foi formada pelos deputados Dr. Rosinha (PT-PR), Nilda Gondim (PMDB-PB), Dr. Paulo César (PSD-RJ), Rosane Ferreira (PV-PR), Padre Ton (PT-RO) e Marinha Raupp (PMDB-RO).

### **Reunião sobre o atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual em Campinas**



A CSSF visitou o Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), para conhecer o atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual. Participaram do encontro os deputados Dr. Rosinha e Nilda Gondim, e profissionais do Centro. O

CAISM presta atendimento integrado nas áreas de ginecologia e obstetrícia. É referência para toda a região, incluindo o sul de Minas Gerais. O encaminhamento dos pacientes é direto, em emergência, ou via Secretaria de Estado de Saúde, a partir dos atendimentos nas unidades de saúde municipais. A demanda, segundo os relatos, é maior do que a capacidade de atendimento. O CAISM realiza cerca de 9.000 consultas por mês e 25 mil exames Papanicolau mensalmente, enviados pelos postos de saúde da região. O CAISM atende também mulheres que apresentam resultados positivo para o vírus HPV, além de ter ambulatório de atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual, o qual é não apenas referência, mas pioneiro no tema.

### **CSSF destina 200 milhões à capacitação da rede de atenção da mulher vítima de violência**



A CSSF destinou emenda no valor de 200 milhões de reais para implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher. Os recursos da emenda destinam-se à capacitação de recursos humanos que tratam do tema da violência contra a mulher, considerando a fragilidade na formação de servidores da rede de atendimento à mulher, constatada pela Subcomissão Especial para debater o tema, a qual desenvolveu seus trabalhos em 2013. No relatório final setorial do orçamento foram destinados 25 milhões.



**PREVIDÊNCIA**



## **Seguridade aprova oferta obrigatória de reabilitação a aposentado por invalidez**

*A CSSF aprovou Projeto de Lei 7201/10, que obriga a Previdência Social a oferecer reabilitação profissional aos aposentados por invalidez considerados aptos a voltar ao trabalho. A proposta estabelece que, durante a reabilitação profissional, o segurado terá garantido o benefício por incapacidade até que seja considerado habilitado para o desempenho de nova atividade. Se for considerado não recuperável, o segurado será reencaminhado para a aposentadoria por invalidez.*

## **Especialistas discutem a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência**



*De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cerca de um quarto da população brasileira tem algum tipo de deficiência, seja física ou intelectual. Para atender essas pessoas está sendo implantada no Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. A CSSF fez audiência pública para discutir detalhes da implantação da Rede, avanços no atendimento às pessoas com deficiência e o que pode ser feito para melhorar esse serviço através da rede pública. Para ampliar a discussão sobre a Rede de Cuidados foi sugerida a realização de audiências públicas nos estados e municípios para levar informações, apresentar formas de acesso aos recursos disponíveis e mobilizar a sociedade civil e profissionais de saúde.*

## **CSSF aprova moção contra a desoneração fiscal para o setor privado com fins lucrativos**

*A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou por unanimidade, na Reunião Deliberativa Ordinária do dia 13 de março de 2013, moção contra a desoneração fiscal para o setor privado com fins lucrativos, que será encaminhada ao Ministro da Saúde.*

## **INSS deve diminuir tempo de espera para perícia médica**



*O INSS deve implantar, em agências piloto, um novo modelo de atendimento nas perícias médicas para a concessão de auxílios-doença. A iniciativa prevê a remoção de peritos para unidades onde a demanda é maior, otimizar recursos e priorizar a volta do segurado ao mercado de trabalho. Hoje, o Instituto recebe a cada*

*mês mais de 589 mil novos pedidos de benefícios. Desses, mais da metade são de auxílio-doença e faltam médicos peritos para atender a população. De acordo com Sérgio Martins Carneiro, diretor de Saúde do Trabalhador do INSS, o novo formato vai agilizar e tornar mais seguro o reconhecimento do direito gerado pela incapacidade laboral temporária ou permanente. Atualmente, cerca de 4 mil e 700 médicos atendem nas 1.493 agências do Instituto. O tema foi debatido em audiência pública da CSSF.*

### **Comissão aprova emenda ao orçamento da União no valor de R\$ 3 bilhões para aumento nos proventos dos aposentados**



*A referida emenda tem como objetivo o aumento de dois por cento nos proventos de aposentados do regime geral da Previdência, acima do salário mínimo, amenizando a defasagem dos proventos. O valor da emenda é de R\$ 3.000.000.000 para o orçamento da União em 2014.*

### **Osteopatas querem que profissão seja regulamentada**

*A CSSF fez audiência pública para debater a possível regulamentação da profissão de osteopata. A osteopatia é uma modalidade de cuidados com a saúde que usa técnicas de manipulação e pode tratar disfunções em músculos e articulações, por exemplo. A diferença entre outras técnicas semelhantes está, segundo especialistas, nos princípios filosóficos da prática. A profissão já é reconhecida e regulamentada em países como os Estados Unidos, Austrália, Suécia e Finlândia. No Brasil, esse tipo de tratamento é feito por fisioterapeutas osteopatas ou outros profissionais da saúde com especialização na área. A osteopatia ainda não é reconhecida como profissão independente. O Registro Brasileiro de Osteopatas, entidade civil que reúne cerca de 60 profissionais, quer a regulamentação da profissão e a criação de cursos universitários no país. A Comissão decidiu formar um Grupo de Trabalho, composto por deputados e profissionais da saúde para, elaborar um amplo material para subsidiar novos debates.*

## Fonoaudiólogos pedem apoio da CSSF para 30 horas de trabalho semanais



*O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) pediu a CSSF apoio para que um abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas possa ser entregue à presidência do Senado. As assinaturas foram recolhidas para rejeição do veto integral ao PL 119/2010, que trata sobre a jornada de trabalho do fonoaudiólogo, estabelecendo a carga de 30 horas semanais de trabalho. O PL foi rejeitado em abril deste ano pela administração federal, que considerou que a medida, se aprovada, prejudicaria os cofres dos municípios e o atendimento do SUS.*

## País tem cerca de 134 mil catadores de material reciclável



*A CSSF promoveu audiência pública para discutir a inclusão no Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurado especial, do catador de material reciclável. A profissão de catador é conhecida como uma das atividades de menos direitos trabalhistas e de menor remuneração atualmente existentes. Pelo fato de não conseguirem contribuir com o INSS, a maioria desses trabalhadores tem dificuldade para receber aposentadoria. Em geral, os catadores se organizam em cooperativas para garantir os direitos trabalhistas, mas atualmente apenas 7,5 por cento no país fazem parte de cooperativas. Estima-se que hoje, na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, existam entre 30 e 40 mil catadores de papel. Desses, apenas três mil são cooperados. Estima-se que no país 800 mil pessoas retirem o sustento através da reciclagem do lixo. O representante do Ministério da Previdência Social, apresentou a legislação sobre segurados especiais, entre eles os trabalhadores rurais, criada a partir da Constituição de 88. Esse tipo de situação poderia enquadrar os catadores. O técnico afirmou ainda que, hoje, calcula-se existir cerca de 134 mil trabalhadores que se enquadrariam como catadores de lixo reciclável. Desse grupo, apenas 22 por cento teria algum tipo de proteção previdenciária.*

## Especialistas pedem aprovação de PL que regula a equoterapia



Para debater o Projeto de Lei nº 4.761 de 2012, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), sobre a prática e regulação da equoterapia foi realizada uma audiência pública. A equoterapia é um método terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo para uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação. Para Aparecida Oliveira, do

Centro de Equoterapia Rancho Cambará-DF, a aprovação do PL tem que acontecer o mais breve possível. “Para que a prática irregular da equoterapia termine uma vez por todas. Lugares não credenciados e pessoas sem treinamento adequado colocam a vida de pacientes e animais em risco. A falta de conhecimento pode levar ao agravamento de doenças”, alerta. Para a representante do Ministério da Saúde, Vera Mendes, os níveis de evidência clínica sobre a equoterapia ainda são muitos baixos. “O que temos ainda não é suficiente para definir a equoterapia como método terapêutico. Precisamos de pesquisas e casos de quadros clínicos. Nesse momento, somos contrários à regulamentação, sem as pesquisas necessárias” concluiu a especialista.

## Identificação da morte de mulheres decorrente de situações de violência de gênero



A CSSF aprovou indicação ao Poder Executivo, dos Deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Nilda Gondim (PMDB-PB), para inclusão, na Declaração de Óbito, de campo que permita a identificação da morte de mulheres decorrente de situações de violência doméstica, familiar ou sexual, contribuindo, assim, para a notificação mais precisa desses casos. A iniciativa deu-se a partir do lançamento, pela

CSSF, da pesquisa do IPEA “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil / Feminicídios: a violência fatal contra a mulher”, que aponta que existe grande sub-registro dos óbitos, prejudicando o diagnóstico do problema e o planejamento de políticas públicas.

## **Agressor poderá ser obrigado a indenizar o INSS**

A CSSF aprovou o Projeto de Lei 4381/12, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que obriga o agressor a indenizar a Previdência Social por todos os benefícios pagos à mulher agredida, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte, quando concedidos em decorrência de atos de violência doméstica e familiar. O projeto acrescenta artigo à Lei Maria da Penha (11.340/06). O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já vem entrando na Justiça com ações regressivas contra os agressores, para que eles restitua aos cofres públicos os gastos decorrentes de violência doméstica. O objetivo da proposta é fazer com que o dever do agressor de indenizar a Previdência Social seja um efeito automático da sentença condenatória por agressão, independentemente de propositura de ação regressiva.

## **Seguridade Social cria Grupo de Trabalho para aprimorar PL dos cuidadores de idosos**



Para debater o Projeto de Lei nº 4702 de 2012, do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa, a CSSF fez uma audiência pública. Entre as atividades do cuidador de idosos está ajudar, estimular e realizar as atividades de vida diária como a higiene pessoal, alimentação, locomoção; facilitar e estimular a comunicação com a pessoa idosa,

conversando e ouvindo além de acompanhá-la em seus passeios e incentivando na realização de exercícios físicos: participar de atividades de lazer; acompanhar o idoso aos exames, consultas e tratamentos de saúde; cuidar da medicação; estimular a auto-suficiência e ajudar na comunicação com os outros. A deputada Benedita Silva (PT-RJ) relatora do Projeto de Lei, pediu a formação de um grupo de trabalho com a duração de duas semanas, para que todos os envolvidos deem as contribuições, inclusive o governo, para a redação final do PL.

## **Desoneração pode gerar impacto negativo de R\$ 19 bilhões na receita da Previdência em 2014**



Para debater sobre os impactos das desonerações tributárias no financiamento da seguridade social, a CSSF fez audiência pública que discutiu se a medida pode prejudicar a Previdência Social, que tem esses encargos entre as fontes de recursos. A desoneração foi anunciada há dois anos pelo governo federal, junto com o Plano Brasil Maior. A medida zerou a alíquota

de 20% de contribuição patronal para a Previdência de alguns setores, como calçados, confecções e tecnologia da informação. Em troca, foi instituído o pagamento pelas empresas do equivalente a 1,5% ou 2,5% sobre o faturamento bruto. Hoje a mudança já beneficia 42 setores da economia. Estudos projetam que as desonerações da folha de pagamento devem produzir um impacto negativo na receita da Previdência Social de aproximadamente R\$ 16 bilhões em 2013 e mais de R\$ 19 bilhões em 2014. Segundo a Rede Plataforma Política Social, o debate sobre o impacto da desoneração nas contas da Previdência precisa de mais transparência. A renúncia tributária sobre a seguridade social chegou, entre 2006 e 2011, a R\$ 30 bilhões e que, até 2014 deve atingir R\$ 123 bilhões. Ainda de acordo com a Rede, o Estado nunca participou com o 1/3 de recursos previstos na Constituição para o modelo tripartite de gerenciamento da seguridade social brasileira.

### **Prioridade de perícias para mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência**



A CSSF aprovou substitutivo da Deputada Jandira Feghali aos projetos de lei 235/2011, do Deputado Sandes Junior, 258/2011, do Deputado Arnaldo Jordy, e do PL 2366/2011, do Deputado Nelson Bornier - PMDB/RJ, tratando prioridade, na realização de exame de corpo de delito, das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, das crianças e dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiência. A inovação legislativa conferirá maior proteção a populações vulneráveis, cuja proteção é buscada pela Comissão de Seguridade Social e Família. A proposição seguiu à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

### **Aposentadoria facilitada para donas de casa**



A CSSF aprovou proposta que encurta o tempo mínimo de contribuição (também chamado de carência) para a aposentadoria de donas de casa de baixa renda que tenham se filiado ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) até 31 de dezembro de 2013. O texto aprovado é o substitutivo da relatora, deputada Íris de Araújo (PMDB-GO), ao Projeto de Lei 1638/11, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). A proposta altera a lei que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91). Pelo texto, donas de casa que tenham atingido as condições para aposentadoria por idade (60 anos) entre 2013 e 2015 só precisarão comprovar 24 meses de contribuição, ainda que por período descontínuo, e não os 180 meses exigidos atualmente. A relatora propõe que, partir de 1º de janeiro de

2016, a carência eleve-se por oito meses a cada ano, de modo que atingirá a nova carência definitiva, que será de 120 meses, no ano de 2027. Durante todo o período, deverá ser mantido o requisito de que a dona de casa tenha 60 anos para se aposentar, sem a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição.

### **Preferência de pagamento de benefícios às mulheres chefes de família**

A CSSF aprovou substitutivo da Deputada Benedita da Silva ao Projeto de Lei 4.284/12, do Senado Federal, rejeitando o PL PL 3534/2008, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. O texto aprovado prevê que os seguintes benefícios serão pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar: benefícios eventuais do Suas às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública; incentivo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); incentivo do Programa de Apoio à Conservação Ambiental; e incentivo do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição de Justiça.

### **Projeto de Lei prevê licença maternidade ampliada para grávidas com deficiência**



Questões que afetam mulheres com deficiência têm mobilizado cada vez mais especialistas e militantes no mundo inteiro. Para debater a condição de múltipla vulnerabilidade da mulher com deficiência, a Comissão promoveu uma audiência pública. Tramita na Câmara o Projeto de Lei 5376/2013, que prevê licença maternidade ampliada, em 60 dias, para mulheres deficientes. Para a presidente da Ong "Essas Mulheres", Márcia Gori, falta apoio da própria família para as mulheres com deficiência. Ela tem duas filhas e o companheiro ajuda e participa da vida doméstica. "Mas nem todas tem essa sorte, muitas são abandonadas na hora que o companheiro descobre que está grávida. E essas mulheres deficientes trabalham ao mesmo tempo. Algumas empresas têm visão humanística e proporcionam condições para uma gravidez tranquila e outras não", afirma Márcia.

## **Comissão aprova dispensa de carência para aposentadoria de portador de doenças degenerativas**

*A CSSF aprovou proposta que dispensa os portadores de hepatopatia, doenças neuromusculares degenerativas e hipertensão pulmonar de cumprirem o período de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. O texto aprovado altera a Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social. O período de carência corresponde ao número mínimo de contribuições mensais (12) necessárias para que o beneficiário tenha direito ao benefício. A relatora na comissão, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), optou por um substitutivo englobar os objetivos não só do projeto de lei principal (PL 3086/12 do Senado), mas de todos os textos apensados: PLs 8013/10, 388/11, 479/11 e 5378/09. A proposta principal prevê apenas a dispensa de carência para os portadores de esclerose lateral amiotrófica (ELA) e de hepatopatia (enfermidade crônica no fígado).*

## **Estabilidade provisória da mulher em caso de aborto ou perda do filho**



*A CSSF aprovou o substitutivo da Deputada Jandira Feghali ao projeto de lei nº 3.783/08, do Deputado Carlos Bezerra, para assegurar à mulher sob estabilidade provisória a continuidade do benefício em caso de aborto, de óbito de feto prematuro ou de falecimento do filho, desde a gravidez até cinco meses após o parto. A proposta ainda prevê que, em caso de aborto, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas. O projeto segue à apreciação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.*

**SAÚDE**



## Seguridade faz audiência pública sobre inibidores de apetite



A CSSF debateu o PL 2431/11 que tira da Anvisa o poder de vetar a produção e comercialização desses medicamentos. O relator da proposta, deputado Dr. Paulo Cesar (PSD-RJ), disse que a agência não deu informações suficientes à sociedade sobre os motivos da proibição. O presidente da agência, Dirceu Barbano, insistiu que todos os pareceres analisados pelos técnicos da Anvisa mostraram que o uso desses inibidores traz mais riscos do que benefícios a seus usuários. Ele afirmou que o uso controlado da sibutramina foi mantido considerando a situação interna de tratamento de pacientes de obesidade. O remédio também é proibido na maior parte dos países do mundo. O uso controlado dos medicamentos foi defendido, no entanto, pela a diretora do departamento de obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Rosana Radominski. Na opinião da médica, a retirada dos medicamentos deixou os médicos sem opções de tratamento dos pacientes que precisam perder peso, mas não tem indicação de cirurgia bariátrica, o único outro tratamento disponível. Desde que a ANVISA proibiu a comercialização e venda dos anorexíneos, acalorados debates acontecem entre organizações de classe médica e organizações de saúde pública. Tal polêmica não podia ser silenciada pela CSSF, que resolveu discutir o tema. Aliás, tramita na comissão o Projeto de Lei nº 2431, de 2013, de autoria do Deputado Felipe Bornier, com o fito de proibir a ANVISA de vetar a comercialização desses medicamentos. O objeto da Audiência Pública foi evitar que a polêmica seja apenas de argumentos retóricos que arbitrem contra mecanismos científicos internacionalmente amadurecidos de acompanhamento do uso desses medicamentos, de maneira a não se tergiversar sobre o tema e consolidar uma tomada de decisão do colegiado da CSSF embasada em critérios científicos.

## CSSF aprova emenda ao orçamento de 2014 para incentivo aos laboratórios públicos



A emenda aprovada pela CSSF ao orçamento da União para 2014 tem valor de R\$ 150.000.000. Os laboratórios oficiais públicos são responsáveis pela produção de medicamentos, soros e vacinas com o objetivo de suprir às necessidades do Sistema Único de Saúde. Vários desses produtos não são desenvolvidos pela iniciativa privada, já que seu foco é o tratamento de doenças negligenciadas como a malária, a esquistossomose e a doença de chagas, por exemplo. No Brasil, temos 20 laboratórios oficiais que, juntos, produzem 80% das vacinas e 30% dos medicamentos utilizados pelo SUS. Para aumentar a produção dessas instituições e promover a redução gradativa da dependência do setor é preciso priorizar os investimentos para os laboratórios oficiais. Neste sentido, e considerando a importância estratégica

dos laboratórios oficiais, é preciso que o Plano Plurianual tenha uma iniciativa específica de fomento para que sejam modernizados, inovem e ampliem sua capacidade de produção. Os recursos seriam geridos pelo Fundo Nacional de Saúde

### **Vítimas de agrotóxico em Goiás devem ser acompanhadas por dois anos**



Em maio de 2013 um avião que pulverizava agrotóxico em um milharal e passou a poucos metros de distância da Escola Municipal de São José do Pontal, localizada em Rio Verde, Goiás. A distância mínima recomendada é de 200 metros. Professores e estudantes foram intoxicados, tiveram vômito, tontura, dor de cabeça, formigamento no braço e falta de ar. Dos 45 intoxicados, 38 estudantes e sete professores, 17 foram hospitalizados. O Ministério Público Federal fez recomendações ao município, que estão sendo seguidas, como o acompanhamento dos pacientes mais graves por um clínico geral. A orientação é que essas pessoas sejam monitoradas por dois anos. A Comissão pede que o SUS seja ressarcido pela empresa responsável pelo acidente, pelos gastos nos atendimentos às vítimas da escola em Rio Verde, a exemplo de outros casos. O Brasil tem uma frota de 1.981 aviões agrícolas e 231 empresas registradas. A legislação existente deve ser aprimorada e a fiscalização mais eficaz. O caso foi debatido em audiência pública da CSSF.

### **CSSF aprova emenda ao orçamento de 2014 que destina 200 milhões de reais à capacitação da rede de atenção da mulher vítima de violência**

A CSSF destinou emenda no valor de 200 milhões de reais para implantação e implementação de



políticas de atenção integral à saúde da mulher. Os recursos da emenda destinam-se à capacitação de recursos humanos que tratam do tema da violência contra a mulher, considerando a fragilidade na formação de servidores da rede de atendimento à mulher, constatada pela Subcomissão Especial para debater o tema, a qual desenvolveu seus trabalhos em 2013. No relatório final setorial do orçamento foram destinados 25 milhões.

## **Projeto de Lei que prevê mudanças no SUS é apresentado em Congresso do Conasems**

*O Projeto de Lei nº 21, de 2007, do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), foi debatido durante o Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em Brasília. a iniciativa, que cria e define a responsabilidade sanitária dos entes federativos brasileiros no Sistema Único de Saúde (SUS). A responsabilidade sanitária é o ato de cada ente federado responsabilizar-se pela quantidade e qualidade de ações e serviços de saúde individuais e coletivos, assumindo a obrigação de produzir, distribuir, financiar, garantir acesso, cumprir metas, atender a indicadores sanitários e demais regras estipuladas na programação de ações e serviços de saúde para atender a população total e usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, sem excluir as atuais obrigações estabelecidas na Lei 8080 (art. 15).*

## **Audiência pública discute alcoolismo entre adolescentes**



*O deputado Eleuses Paiva (PSD-SP), um dos que sugeriram a audiência, ressaltou que o consumo de álcool por adolescentes é cada vez mais comum, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proibir a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. “Falta fiscalização sobre isso”, afirma o deputado, lembrando que a pena é de dois a quatro anos de detenção, além de multa, para quem descumprir a regra. Paiva cita dados do último estudo realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas, em 2007, segundo o qual 9% dos adolescentes consomem bebidas alcoólicas uma vez por semana, no mínimo, e 24% bebem pelo menos uma vez ao mês.*

## **Comissão debate doença que atinge quase dois milhões de brasileiros**



*Um transtorno neurológico que ocorre em qualquer idade afeta cerca de 2 milhões de brasileiros, e aproximadamente 40 por cento dessas pessoas não estão em tratamento, ou ele é inadequado. São pessoas com epilepsia, uma doença crônica cercada de preconceito. Mas, em 70 por cento dos casos, já é possível o controle total das crises provocadas pela enfermidade. Os números foram apresentados pela Liga Brasileira de Epilepsia, durante audiência pública. Foram apresentadas sugestões para trazer qualidade de vida às pessoas com epilepsia. Entre elas, implantar um programa nacional de treinamento*

*para quem trabalha na área, ampliar a capacidade dos Centros de Epilepsia já instalados, promover campanhas de informação para reduzir a discriminação e o preconceito, fortalecer o serviço público de saúde com ênfase na prevenção e diagnóstico e criar uma legislação nacional para implantar políticas de saúde específicas para a doença.*

### **Comissão aprova código de direitos para usuários de serviços de saúde**



*A CSSF aprovou proposta que estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde. O objetivo do Projeto de Lei 22/07, do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), é assegurar acesso humanizado e digno aos usuários de serviços de saúde. O código veda ao Sistema Único de Saúde (SUS), e aos serviços públicos de saúde e entidades públicas e privadas conveniadas, fazer qualquer tipo de discriminação entre cidadãos, por questões como idade, raça, etnia, gênero e condições sociais ou econômicas. A inexistência de serviços básicos de saúde nas proximidades da residência não pode ser justificativa para não atendimento, segundo emenda do relator na comissão, deputado Amauri Teixeira (PT-BA). Pela proposta, fica garantida igualdade de acesso a qualquer procedimento administrativo ou de assistência à saúde, e também atendimento equânime, a todos os pacientes e usuários, em relação à qualidade desses procedimentos.*

### **Especialistas pedem mudanças na legislação sobre direito sanitário**

*O grande número de leis, normas federais, diretrizes e portarias dificulta a execução de uma política pública de direito sanitário, além de abrir caminho para decisões judiciais divergentes sobre um mesmo tema. Para o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), a lei não é estática, pode e deve ser mudada sempre que necessário. A audiência pública sobre direito sanitário encerrou a II Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional.*

## **Comissões da Câmara debatem contratação e entrada de médicos estrangeiros para trabalharem no Brasil**



*No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, há 1,8 médico para cada mil habitantes. Na Argentina são 3,2 médicos para mil habitantes e, na Espanha, essa relação sobe para quatro médicos. Já para o Conselho Federal de Medicina (CFM), a distribuição de médicos pelo país não é feita corretamente e, dessa forma, provoca problemas. A região Sudeste tem 2,67 médicos por cada mil habitantes e a região Norte apenas 1,01 médico para mil pessoas. Para debater a contratação e entrada de médicos estrangeiros para trabalharem no Brasil, as Comissões de Seguridade Social e Família e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, fizeram uma audiência pública. Essa audiência pública foi o início de um amplo debate, que mobilizou o país e resultou na aprovação da Medida Provisória que cria o Mais Médicos, programa do governo federal para contratação de profissionais brasileiros e estrangeiros que já estão atuando em áreas carentes do interior do país e na periferia das grandes cidades.*

## **Portadores de fibromialgia pedem que doença seja reconhecida pelo SUS**



*“Quando tive o diagnóstico de fibromialgia o médico praticamente me jogou numa cova, mas eu não entrei. Por ele minha vida acabava ali. Era cabeleireira e hoje não consigo fazer mais nada, meu marido já vai pro terceiro empréstimo para poder comprar os remédios, que eu tenho que economizar para só tomar nos dias de crise.” Patrícia Amaral, presidente da Comissão dos Portadores de Fibromialgia*

*Cerca de quatro milhões de brasileiros são portadores de fibromialgia, uma doença difícil de diagnosticar e que pode ser confundida com outras que provocam dor. Além da dor intensa espalhada pelo corpo, a fibromialgia pode causar depressão, ansiedade, dificuldade de concentração, fadiga e até a perda de movimento de alguns órgãos. A doença não é reconhecida pela previdência social e, por causa disso, os pacientes não conseguem se aposentar e não têm acesso a tratamento e medicamentos através do SUS. Para ajudar a mudar essa situação, a CSSF fez audiência pública, onde participaram especialistas, deputados, portadores da doença e familiares. A CSSF também intermediou um encontro dos portadores com os Ministérios da Saúde e da Previdência.*

## Projetos sobre Alimentação Escolar



*Existem importantes projetos tramitando na CSSF que abordam a alimentação saudável no ambiente escolar. E mais, a alimentação escolar é um componente fundamental da política de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, e tem como objetivo oferecer uma alimentação com qualidade nutricional e sanitária às crianças.*

## Projeto de Lei pede adição de cálcio em bebidas à base de soja



*O consumo e a produção de bebidas à base de soja crescem cerca de vinte por cento ao ano no Brasil. O Projeto de Lei nº 5210 de 2009, do deputado federal Dr. Ubiali (PSB-SP) quer a obrigatoriedade do enriquecimento com cálcio dessas bebidas. Para discutir os possíveis benefícios da medida, a CSSF fez uma audiência. A Embrapa defende a iniciativa. Um alerta foi feito pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), sobre uso da soja transgênica nos alimentos processados, e no uso excessivo de agrotóxicos nas plantações. Segundo o IBGE, em 2013 serão 2,4 milhões de hectares de soja transgênica no país. Países como México, Guatemala, Colômbia, Bolívia e Equador já adotaram medidas que restringem e até proíbem o cultivo de soja geneticamente modificada. Para o presidente da CSSF, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), as discussões em torno do projeto devem continuar na Comissão, para reunir o maior número de opiniões possível. “Estamos lidando com a saúde das pessoas e com posições divergentes, então é nosso dever agir com cautela. O parlamento é um lugar para debates e exposição de ideias para aperfeiçoarmos os Projetos de Lei” afirma.*

## Ministério da Saúde apresenta proposta para contratar médicos estrangeiros



*No Brasil há 1,8 médicos para cada mil habitantes. A má distribuição desses profissionais pelo território brasileiro também acentua o problema da falta de médicos. Vinte e dois estados estão abaixo da média nacional - a região Sudeste tem 2,67 médicos por cada mil habitantes e a região Norte apenas 1,01 médico*

para mil pessoas. E em trezentas cidades não há nenhum médico residindo no município. Esses e outros números foram apresentados, em mais um debate, pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante audiência pública que discutiu a contratação de médicos estrangeiros para trabalharem no Brasil. O ministro foi convidado pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Constituição e Justiça e de Cidadania e a de Educação e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Padilha citou o exemplo de países que já contam com o trabalho de médicos estrangeiros para atender a população. Na Inglaterra, eles chegam a 37 por cento dos profissionais da área, nos Estados Unidos a 25 por cento e no Canadá a 17 por cento, sendo que em algumas províncias esse índice sobe para 67 por cento.

### **CSSF debate avanços no tratamento da endometriose**



A endometriose atinge cerca de seis milhões de brasileiras. Embora seja uma das maiores causas de infertilidade e não tenha cura, a medicina vem conquistando avanços importantes contra a doença, como o diagnóstico através de exames de imagens que ajudam a localizar melhor os focos da doença e, dessa forma, permitem um tratamento mais eficaz. O objetivo da audiência pública da CSSF foi debater temas ligados à doença e a inclusão, no calendário nacional, do dia 8 de maio como o Dia Nacional da Endometriose. As causas da endometriose ainda não são bem conhecidas. Entre os sintomas estão cólicas e dores na relação sexual, podendo ainda se instalar nos ovários e avançar para órgãos como bexiga e intestinos. O maior problema é o diagnóstico tardio já que, às vezes, entre os primeiros sintomas e o diagnóstico passam-se até sete anos.

### **Prestação de Serviço Civil Obrigatório na Área da Saúde**

Existem aproximadamente 16 (dezesseis) projetos tramitando na CSSF que obrigam estudantes oriundos da universidade pública da área da saúde a prestar serviço em unidades públicas de saúde (ou deslocar-se para áreas de difícil acesso) por período determinado. Trata-se de medida de caráter regulatório que tem sido reiteradamente sugerida por organismos internacionais como a Organização Pan-americana da Saúde (Opas) e Organização Mundial da Saúde (OMS). Contudo, várias entidades médicas, educacionais e profissionais questionam tanto a inconstitucionalidade da matéria como alertam para a dificuldade da operacionalização da medida e riscos para a saúde pública.

## Deputados da CSSF discutem piso salarial dos agentes comunitários de saúde



*Caravanas com agentes comunitários de saúde lotaram as dependências da Câmara dos Deputados para a audiência pública que debateu a regulamentação da Emenda Constitucional 63 que trata da criação do Piso Salarial Nacional e as diretrizes do Plano de Carreira dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de*

*Combate às Endemias. Estavam presentes trabalhadores de 17 estados. No final da audiência pública foi feito um pedido por escrito solicitando a inclusão na pauta de votação, em plenário da Câmara de Deputados, do PL 7495/06.*

## Comissões debatem Lei que garante direitos aos autistas



*“Tudo é impossível até que seja tentado”. Esse é o lema do escritor Cristiano Camargo, portador da Síndrome de Asperger, uma forma de autismo. Ele tem 50 anos e foi vítima de bullying na escola durante muitos anos e faz um alerta. “Não existe inclusão enquanto houver bullying nas escolas e nós somos os alvos principais. A escola sabe quem pratica mas não pune, e isso prejudica o rendimento escolar e a integração social”, afirma. Com a aprovação da Lei*

*Federal 12.764 de 2012, passou a existir uma política pública para cuidar do autismo. Entre outras questões, a Lei protege contra qualquer forma de discriminação baseada na deficiência, garante o acesso à educação inclusiva e ao atendimento especializado e diagnóstico precoce. Até 2014 aproximadamente 42 mil escolas em todo país devem estar preparadas para atender pessoas com deficiências, como o autismo. Hoje são cerca de 330 mil matrículas de pessoas com deficiência. Em 2007 eram 78 mil matrículas. O autismo é uma disfunção global do desenvolvimento, que afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização e de comportamento. Em 2010 a ONU declarou que a doença atinge cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, foi realizado o primeiro estudo de epidemiologia de autismo da América Latina, publicado em fevereiro de 2011 e com dados de 2010. Em estudo com amostragem feita na cidade Atibaia (SP), foi aferida a proporção de um caso de autismo para cada 368 crianças de 7 a 12 anos. Outros estudos estão em andamento no país. Portadores da doença e especialistas participaram de audiência pública promovida pela CSSF.*

## **Comissão de Seguridade pede auditoria nos conselhos de Enfermagem**

*A CSSF aprovou a realização de auditoria nos contratos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Apresentada pelas deputadas Rosane Ferreira (PV-PR) e Carmen Zanotto (PPS-SC), ambas enfermeiras, a proposta (PFC 107/13) pede investigação dos processos licitatórios, contratos e convênios no âmbito do conselho firmados e executados de 2008 a 2013, inclusive com os conselhos regionais. O processo será realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme explica o relator, deputado Mandetta (DEM-MS), em 2005, operação da Polícia Federal prendeu 17 pessoas ligadas ao Conselho Federal e aos conselhos regionais de Enfermagem, inclusive o então presidente Gilberto Linhares. Foram apurados crimes como peculato, formação de quadrilha e até homicídio, segundo o relator. À época, o desvio foi estimado em R\$ 50 milhões. Passados oito anos, acrescenta Mandetta, “ainda há indícios, noticiados pela imprensa nacional, de que continuam os vícios e irregularidades sendo cometidos pelos gestores destas autarquias”.*

## **52 mil doentes renais estão na fila para transplante**



*Hoje, no Brasil, cerca de 106 mil pacientes fazem diálise no Sistema único de Saúde (SUS) por causa de doenças renais. A estimativa é que aproximadamente 15 milhões de pessoas tenham esse tipo de doença no país. Para discutir o Projeto de Lei nº 1178 de 2011, do deputado Jesus Rodrigues (PT-PI), a CSSF fez audiência pública. O PL prevê o reconhecimento das pessoas com doenças renais crônicas como pessoas com deficiência para todos os fins de direito.*

*O encontro também debateu a situação dos pacientes renais crônicos em todo o país. Em 2012 foram feitos 5.300 transplantes de rins no Brasil, mesmo assim 32 mil pacientes aguardam na fila para fazer a mesma cirurgia. O governo federal inclui as doenças renais no chamado Plano de Enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, que prevê uma rede de atenção. Mas, de acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, ainda não saiu do papel por falta de financiamento. O projeto prevê, por exemplo, que na fase inicial da doença os paciente sejam atendidos pelo Programa Saúde da Família (PSF)..*

## **Grupo de trabalho discute melhorias no atendimento à saúde mental**



*De acordo com uma pesquisa do Ministério da Saúde, 99 por cento dos hospitais psiquiátricos brasileiros são inadequado quanto à estrutura física, mobiliário e vestuário. O dado foi apresentado na audiência pública promovida pelo grupo de trabalho da Comissão de Seguridade Social e Família, que trata de temas ligados à saúde mental no país. Outros números que mostram a realidade dos hospitais psiquiátricos. Quase a metade, 41 por cento, são privados com fins lucrativos e 25 por cento são públicos, o restante são instituições privadas beneficentes. A pesquisa do Sistema Único de Saúde foi feita de setembro a novembro de 2011. O levantamento também destaca que a maioria desses hospitais tem pouca estrutura de recursos humanos e equipamentos, não contam com enfermagem clínica e não têm leitos controlados por central de regulação. Dos mais de 100 hospitais pesquisados, 38 não fazem controle de qualidade da água, 37 não permitem visita diária e 22 não contam com comissão de controle de infecções hospitalares. O grupo de trabalho sobre saúde mental foi criado pela CSSF em março de 2013 e é coordenado pela deputada Érika Kokay (PT-DF).*

## **Diabéticos querem inclusão de kit com insulina injetável por caneta na lista de medicamentos do SUS**



*Um estudo da Sociedade Brasileira de Diabetes, iniciado na década de 80, e atualizado através do Censo 2010 do IBGE, aponta que o Brasil tem 12 milhões de diabéticos. Já de acordo com a Organização Mundial da Saúde, as doenças crônicas não transmissíveis, entre elas o diabetes, são as principais causas de morte no mundo, correspondendo a 63 por cento dos óbitos em 2008. Aproximadamente, 80 por cento das mortes ocorrem em países de baixa e média renda. Só no Brasil, essas doenças foram responsáveis por 72 por cento das causas de morte, no mesmo ano. No SUS, o novo medicamento aguarda demandas de empresas ou da sociedade civil para entrar em discussão. A CSSF reuniu especialistas, diabéticos e Ministérios da Previdência e Saúde em uma audiência pública sobre o tema.*

## **Ações conjuntas de vem melhorar qualidade da água distribuída na Operação Carro-pipa**



*Desde o início da estiagem na Região Nordeste, 25 bilhões de litros de água já foram distribuídos através de carros-pipa. É a Operação Carro-pipa que atende 810 municípios, localizados principalmente no Semiárido brasileiro. Se por um lado, a água chega na casa de cerca de 3,5 milhões de pessoas, por outro, a qualidade tem provocado doenças e até mortes. O exército, através do Comando Militar do Nordeste, executa a Operação que conta com 5.267 carros-pipa. Seguindo padrões internacionais, são entregues 20 litros de água por pessoa, totalizando 600 litros por mês. A Defesa Civil já investiu, de março de 2012 a junho deste ano, aproximadamente R\$ 733 milhões em programas de combate à seca. Entre eles, um que prevê o monitoramento pela internet de todos os carros-pipa. Atualmente, 3.100 veículos já contam com esse rastreamento. Mesmo com todos esses esforços, a qualidade da água tem causado sérios problemas em algumas localidades. Em Palmeiras dos Índios, em Alagoas, um surto de diarreia atingiu sete mil moradores e provocou a morte de 37 pessoas por causa de doenças relacionadas à falta de desinfecção da água distribuída. A Agência Nacional de Águas (ANA), apresentou estudo que mostra a situação dos recursos hídricos em todas as cidades brasileiras em 2015. O levantamento prevê que 45 por cento dos municípios não estar com abastecimento satisfatório. Já 55 por cento precisam investir em novas redes de captação e distribuição, e cinco por cento de municípios devem procurar novos mananciais. O alerta da Agência vai para a falta de saneamento básico, que polui e destrói os mananciais existentes. O assunto foi debatido em audiência publicada CSSF.*

## **CSSF participa da entrega do PL de iniciativa popular para a saúde**



*Deputados da Comissão participaram da entrega do projeto de lei (PL) de iniciativa popular que prevê a destinação de 10% da receita corrente bruta brasileira ao Sistema Único de Saúde (SUS). A estimativa é que o valor supere R\$ 42 bilhões em recursos adicionais por ano. De acordo com o último Orçamento da União, em 2013, estão destinados ao setor cerca de R\$ 90 bilhões. A iniciativa é do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde+10, que reuniu cerca de 2 milhões de assinaturas. As assinaturas foram entregues ao presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN).*

## **Projeto de Lei prevê apoio à pacientes com doenças crônicas ou graves**

*Doenças como Aids, câncer, contaminação por radiação, Parkinson, hanseníase ou esclerose múltipla, são consideradas graves ou crônicas. O Projeto de Lei 191/2011, em tramitação, propõe que o poder público seja obrigado a fornecer gratuitamente alimentos especiais, fraldas e outros meios para manutenção do conforto, da função e da saúde de pessoas carentes com quadros irreversíveis decorrentes desse tipo de doença, após alta hospitalar. O PL também estende o benefício a vítimas de acidentes. Para debater o PL, de autoria do deputado Weliton Prado (PT-MG), a CSSF realizou uma audiência pública reunindo representantes da administração federal e Defensoria Pública da União. Os pacientes de doenças crônicas e graves têm benefícios assegurados por lei, como aposentadoria integral sem a carência do tempo de contribuição, isenção de impostos como IPI, IR, ICMS, IPTU, saque do FGTS e do PIS/PASEP, além de quitação da casa própria. Esses benefícios são aplicáveis de acordo com a doença.*

## **País deve produzir 40 milhões de doses de vacina contra influenza**



*A influenza é uma das doenças mais frequentes do mundo. Todo ano, de cinco a quinze por cento da população é infectada e até cinco milhões de pessoas desenvolvem casos graves da doença. Este ano, um estudo realizado por pesquisadores do Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças e da Universidade de Hong Kong mostrou que o vírus H7N9, responsável por uma epidemia de gripe aviária ocorrida na China em março, apresentou uma letalidade maior que a do H1N1, causador da pandemia de gripe de 2009. Para debater a situação das gripes H1N1 e H7N9, e a fabricação de vacinas antivirais no Brasil, as Comissões de Seguridade Social e Família e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural reuniram especialistas em uma audiência pública. O vírus H7N9 teve a primeira comunicação este ano e pico de contaminação em abril na China com 131 casos e 25 mortes. Quanto ao vírus H1N1 o Brasil tem uma das maiores coberturas vacinais do mundo, que este ano chegou a 92 por cento da população. Para debater a produção da vacina no Brasil, a CSSF fez audiência pública reunindo especialistas.*

## **CSSF aprova semana de prevenção ao câncer bucal**

*A CSSF aprovou projeto que cria a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal (PL 3939/12). O evento será celebrado todos os anos na primeira semana de novembro. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2012 ocorreram 14.170 casos novos, sendo 9.990 em homens e em 4.180 mulheres. O relator da matéria, deputado Lael Varella (DEM-MG), ressalta que é um número crescente e*



com alto índice de letalidade, “visto que dados de 2010, apontam 4.891 mortes, 3.882 de homens e 1.009 de mulheres”. Varella acrescenta que é um grave problema de saúde pública, que poderia ser evitado, em grande parte, com estímulos para se evitar o fumo e o álcool, com iniciativas de promover a higiene bucal, cuidar dos dentes e fazer uma consulta odontológica de controle a cada ano. “Outra recomendação que o Inca faz é ter uma dieta saudável, rica em vegetais e frutas. Para os casos de câncer de lábio, deve-se evitar a exposição ao sol sem proteção.”

### **Seguridade aprova obrigação de hospitais oferecerem cursos para enfermeiros**



A CSSF aprovou proposta que obriga as instituições de saúde a promover a formação continuada dos profissionais de enfermagem que trabalham em suas equipes. Para isso, deverão ser oferecidos anualmente cursos de aperfeiçoamento, proficiência ou atualização profissional. Conforme o substitutivo da relatora, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 4868/12 de autoria da deputada Rosane Ferreira (PV-PR), as aulas terão que ser dadas por instituições de ensino autorizadas e reconhecidas pelo poder público ou por equipe de educação continuada mantida pela instituição de saúde. Os cursos deverão abranger, além dos aspectos técnicos, científicos e éticos da profissão, temas de acessibilidade e noções de cuidado, além de ter a duração mínima de 40 horas. A relatora também incluiu dispositivo prevendo que a nova regra não se aplicaria aos corpos de saúde das Forças Armadas, “que por sua natureza e características já têm uma política bem definida de formação”.

### **Deputados debatem novamente com ministro o Programa Mais Médicos**

Em mais uma audiência pública, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha informou que o Programa Mais Médicos teve, até agosto, a inscrição de 1.096 médicos com registro profissional no Brasil e 522 com registro de outros países, como Espanha (100), Argentina (141), Cuba (74 médicos de outras nações que estudaram nesse país), Portugal (45) e Venezuela (42). No total, são médicos provenientes de 32 países. Deste último grupo, 164 são brasileiros que trabalham no estrangeiro. Os médicos desse primeiro mês de inscrições devem começar a trabalhar a partir do dia 1º de setembro. Mais de 3.500 municípios se



*inscreveram para receber médicos do Programa. A maioria está localizada em áreas de baixa renda per capita, áreas indígenas ou periferia das capitais. Alexandre Padilha também destacou que a primeira medida do Programa Mais Médicos é investir em infraestrutura para a saúde. De acordo com o ministro, até 2014, serão investidos R\$ 15 bilhões na expansão e na melhoria da rede pública de saúde de*

*todo o Brasil. Deste montante, R\$ 7,4 bilhões já estão contratados para construção de 16 mil unidades básicas de saúde, 818 hospitais e 601 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24h). Outros R\$ 5,5 bilhões serão usados na construção, reforma e ampliação desses estabelecimentos de saúde, além de R\$ 2 bilhões para 14 hospitais universitários. E que, até 2014, devem ser criados 35 mil postos de trabalho para médicos em todo país.*

### **CSSF debate proibição da lenalidomida para tratar tipo de câncer**

*A lenalidomida faz parte do grupo de drogas denominadas imunomoduladoras, substâncias químicas que têm a capacidade de modular o sistema imunitário. A lenalidomida deriva da talidomida e sua propriedade imunomoduladora tem ação anti-inflamatória e antitumoral. Ela tem sido indicada no tratamento de mieloma múltiplo, não é disponível pelo SUS, teve registro proibido pela Anvisa, e custa caro, aproximadamente R\$ 16 mil uma caixa com 30 comprimidos. A CSSF fez uma audiência pública para discutir a negativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do registro da lenalidomida, que é usada no tratamento de pacientes com mieloma múltiplo, um câncer da medula óssea, que atinge as células plasmáticas, responsáveis pela produção dos anticorpos. O indeferimento da Anvisa foi em dezembro de 2012.*

### **SUS poderia economizar 350 milhões de reais com uso da vitamina D**



*Hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e autoimunes podem estar associadas ao baixo índice de vitamina D no sangue. A substância é subestimada nas políticas públicas de saúde, e poderia ajudar e até curar muitas dessas doenças. A vitamina D é uma substância que controla 229 genes de todas as células humanas, na saúde pública brasileira. O uso amplo da substância também poderia trazer, segundo especialistas, economia ao Sistema Único de Saúde. A*

*melhor fonte de vitamina D é o banho de sol na hora e tempo certos. Entre as sugestões, que o SUS forneça doses adequadas de vitamina D, conforme prescrição médica, e intervalos de 15 minutos para banhos de sol, três vezes por semana, nos locais de trabalho. Os deputados destacam que o SUS investe aproximadamente 350 milhões de reais, por ano, para tratamentos de esclerose múltipla, com resultados parciais de cura. Se a vitamina D fosse prescrita e com uso bem mais amplo, o gasto seria bem menor e o resultados muito mais eficazes. A vitamina D e seus benefícios foi tema de audiência pública na CSSF.*

### **Seguridade Social repudia ato do CREMESP com deputado relator do Programa Mais Médicos**



*A CSSF, enviou ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) um ofício manifestando repúdio sobre a solicitação feita pelo Conselho ao deputado Rogério Carvalho (PT-AL), para que ele interrompa a licença sem vencimentos que tirou para exercício do mandato. Carvalho foi relator no Congresso da Medida Provisória 621, que institui o Programa Mais Médicos. O deputado está afastado, por força constitucional, da função de médico fiscal do estado de São Paulo. Para Rogério Carvalho, a decisão do CREMESP é uma retaliação contra a Câmara dos Deputados, contra o direito do parlamentar em assumir posições no mandato.*

### **Grupo de trabalho discute atendimento à saúde mental nas penitenciárias**



*A população carcerária brasileira cresceu 235% entre 1995 e 2010. Segundo o Ministério da Saúde é necessário ter, nas unidades prisionais com mais de 100 presos, uma equipe técnica mínima, para atenção até 500 pessoas presas, que obedecerá a uma jornada de trabalho de 20 horas semanais e deverá ser composta por: médico, enfermeiro, odontólogo, psicólogo, assistente social, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário. Em relação à saúde mental, é preciso implantar ações de prevenção dos agravos psicossociais decorrentes do confinamento, em atenção às situações de grave prejuízo à saúde decorrente do uso de álcool e drogas, na perspectiva da redução de danos. Fizeram parte do Grupo de Trabalho, os*

deputados Nilda Gondim (PMDB-PB) e Assis Carvalho (PT-PI). O Grupo destinado a discutir o tema da saúde Mental foi criado através do Requerimento nº 317 de 2013, da deputada Érika Kokay.

### Comissão libera remédios para emagrecer



A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que libera a produção e a venda de remédios para emagrecer derivados de anfetamina (femproporex, anfepramona e mazindol). Os medicamentos foram retirados do mercado em outubro de 2011 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O texto aprovado é o Projeto de Lei 2431/11, do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), que justifica a medida citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde, segundo os quais, em 2011, os brasileiros obesos somavam cerca de 30 milhões (15% da população). As estatísticas apontam um crescimento de 3,6% em cinco anos. O relator, deputado Dr. Paulo César (PSD-RJ), foi favorável à proposta.

### Pessoas com doenças raras enfrentam falta de informação e de tratamento



Não existe consenso mundial sobre o que é doença rara. Nos Estados Unidos, por exemplo, elas atingem cerca de 200 mil pessoas. A medicina calcula que existam cerca de sete mil doenças que podem ser consideradas raras e que 80% delas sejam de origem genética. E é justamente essa falta de informação uma das maiores dificuldades para enfrentar o problema, que foi discutido em audiência pública da CSSF. Na listagem do Sistema Único de Saúde, são consideradas doenças raras, por exemplo, ictioses hereditárias, hipoparatiroidismo, doença celíaca, esclerose múltipla, fenilcetonúria e miastenia gravis, entre outras. Só através do SUS são mais de 72 mil consultas e mais de 560 mil procedimentos laboratoriais para o tratamento e o diagnóstico de doenças consideradas raras. O investimento é superior a R\$ 4 milhões por ano. Atualmente, existem 26 protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas ligadas às doenças raras no âmbito do SUS – são esses documentos que permitem o atendimento. Dezoito desses protocolos foram criados ou revisados entre 2010 e 2011. Os procedimentos envolvem a oferta de cerca de 45 medicamentos e tratamentos cirúrgicos e clínicos. A deputada Mara Gabrilli (PSDB – SP), lembra que alguns projetos de lei estão tramitando no Congresso. “Um, prevê a desburocratização para importação de insumos para laboratórios fazerem pesquisa científica. Outro, estipula que toda

*pessoa com doença rara ou algum tipo de deficiência severa, tenha um cuidador. Isso traria autonomia e saúde para o paciente”, destaca.*

### **Seguridade aprova combate à pirataria**



*A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. A medida está prevista no Projeto de Lei 4136/12, do Senado, traz um conjunto de ações a serem executadas por órgãos e instituições federais, estaduais e municipais. O relator na Comissão de Seguridade, deputado Alexandre Roso (PSB-RS), recomendou a aprovação da proposta. Entre os produtos submetidos à vigilância sanitária, estão os medicamentos de uso humano, os alimentos e as bebidas, os cosméticos, os produtos de limpeza, os cigarros e quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde. Segundo a proposta, a falsificação ou a adulteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais passarão a constituir crimes da alçada da Polícia Federal (PF).*

### **Sociedade civil pede que PL de iniciativa popular seja votado em regime de urgência**



*Três Comissões da Câmara fizeram audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 321/2013, da Comissão de Legislação Participativa, que destina 10% da receita corrente bruta da União para o financiamento público da saúde. A proposta é uma iniciativa do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde +10, e recebeu a assinatura, até agora, de 2,2 milhão de eleitores. A proposta popular prevê um acréscimo de R\$ 257,1 bilhões na saúde pública em cinco anos. O movimento é integrado por mais de 100 entidades, entre elas o Conselho Nacional de Saúde, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Participaram da audiência pública conselhos estaduais e municipais de saúde, centrais sindicais, OAB, CNBB, Movimento Saúde+10, Conselho Nacional de Saúde, Conselhos Nacionais de Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e outros movimentos representantes da sociedade civil. A Carta política brasileira estabeleceu que a saúde é direito de todos, com acesso universal, gratuito, integral e com participação popular. Para atender a*

*esse mandamento constitucional, é preciso criar mecanismos que financiem essa política com segurança, estabilidade e perenidade de recursos. No ano de 2013 foi apresentado Proposta de Iniciativa Popular (PL nº 321/2013) destinando 10% (dez por cento) da receita corrente bruta da União para o financiamento da saúde. Por se tratar de matéria fim da CSSF, esta analisou e aprovou o Projeto na forma de um substitutivo do Deputado Geraldo Rezende.*

### **Especialistas defendem na CSSF fim da internação compulsória**

*Especialistas e representantes do governo criticaram em debate na CSSF o uso da internação compulsória para dependentes químicos como política pública. O encontro discutiu r casos de maus-tratos envolvendo dependentes de drogas em hospitais psiquiátricos e em comunidades terapêuticas.*

### **Ex-Ministro afirma que contratação de médicos cubanos não tem motivação ideológica**

*As Comissões de Relações Externas e Defesa Nacional, de Legislação Participativa, de Fiscalização Financeira e Controle, de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Seguridade Social e Família, promoveram com a presença do ex-ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Ele lembrou que hoje o país tem 140 embaixadas e aproximadamente 70 consulados, além de missões internacionais em várias áreas e regiões do mundo, ficando entre doze países com maior rede de representação externa. Patriota negou qualquer forma de interesse comercial na contratação de 4.000 médicos cubanos, anunciada pelo governo brasileiro, dentro do Programa Mais Médicos. A vinda desses profissionais será intermediada Opas–Organização Panamericana de Saúde, órgão da Organização Mundial da Saúde para as Américas. “Isso é uma garantia que nós estamos atuando dentro das melhores práticas internacionais. Se houver qualquer dúvida sobre a coerência destas ações ou com aspectos de legislação trabalhista internacional, tenho certeza que a Opas será a primeira a zelar para que isto seja corrigido”, afirmou Patriota. Ele acrescentou ainda que o objetivo da contratação é a prestação dos melhores serviços possíveis e negou qualquer motivação ideológica na iniciativa.*

### **CSSF discute uso das células tronco para tratar a anemia falciforme**



*Para traçar diretrizes de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e debater sobre a utilização de células tronco em pacientes com anemia falciforme, uma audiência pública que reuniu a sociedade civil, representantes de órgãos públicos e*

especialistas. O debate foi solicitado pelos deputados Érika Kokay (PT-DF) e Colbert Martins (PMDB-BA). A anemia falciforme é uma doença hereditária (passa dos pais para os filhos) caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa condição é mais comum em indivíduos da raça negra. Segundo Gildásio Dalto, da Universidade Federal da Bahia, até sete por cento da população de Salvador (BA), tem anemia falciforme. A doença atinge, em maioria, a população negra. O especialista destaca a terapia celular para tratamento de necroses provocadas pela doença. Na Bahia, para cada grupo de 650 pessoas, uma tem anemia falciforme. O médico trata o problema com o implante de células através de uma cirurgia minimamente invasiva, através do SUS.

### Especialistas defendem “teste do pezinho” ampliado



Audiência pública discutiu o Projeto de Lei nº 484 de 2011, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O PL propõe alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Conhecido popularmente como "Teste do Pezinho", o teste de triagem neonatal, que é um exame laboratorial, garante a possibilidade de intervenção médica com a urgência necessária, nas crianças portadoras de algumas doenças, antes do surgimento de sequelas irreversíveis como, por exemplo, o retardo mental. Em 2012 cerca de três milhões de recém-nascidos fizeram o Teste do Pezinho na rede pública de saúde e que essa cobertura chega a 84% do território nacional. Em breve também deve ser feita em recém-nascidos a triagem ocular.

### Estudos do cérebro trazem avanços em vários setores

O debate, sugerido pela deputada Mara Gabrilli (PSDB- -SP), inicia a preparação para o Congresso Mundial sobre o Cérebro, em 2015, no Rio de Janeiro. O encontro deve ter a participação de seis mil cientistas e, pela primeira vez o evento, organizado pela Organização Internacional de Pesquisas sobre o Cérebro a cada quatro anos, será realizado no hemisfério sul. Fernanda Tovar-Moll, professora adjunta do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, ressalta que cerca de 700 milhões de pessoas sofrem de doenças mentais ou neurológicas no mundo. Ela destaca o avanço da ressonância magnética “em vivo” no diagnóstico de doenças e mapeamento de funções do cérebro. Stevens Rehen, professor titular do



*Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, lembra que existem 12 mil doenças conhecidas. Dessas, cinco mil têm as bases celulares compreendidas. Para ele, é urgente o investimento em pesquisas científicas no Brasil que, segundo o especialista, diminuiram nos últimos seis anos. Rehen defende o uso de células-tronco para uma série de doenças como Parkinson, autismo, Alzheimer e Síndrome de Down com do*

*transplante de células.*

### **Representantes de Conselhos Federais não aceitam possível "estatização" das funções**

*A CSSF fez uma audiência pública para analisar e tratar os encaminhamentos e desdobramentos do Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões da Saúde. O encontro aconteceu em agosto deste ano em Brasília. A audiência foi solicitada pelo deputado Eleuses Paiva (PSD-SP). O Seminário debateu o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde. Os debates tiveram o SUS, Sistema Único de saúde, como referência. Os técnicos que trabalham na área observaram que há diversas propostas legislativas propostas legislativas para regulamentação de profissões ligadas a saúde. O evento reuniu representantes dos Ministérios as Saúde e Educação, parlamentares, gestores da saúde (pública e privada), além de representantes de conselhos profissionais. Participaram da audiência pública da CSSF José Tadeu da Silva, representante do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas; Zilamar Fernandes, do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde e Miraci Astun, coordenadora geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde Ministério da Saúde.*

### **Atendimento domiciliar a pacientes**



*A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) solicitou uma audiência pública e defendeu a ampliação da chamada atenção domiciliar em saúde. A prática é utilizada para atender pacientes estáveis, mas que dependem de aparelhos para sobreviver e correm menos riscos de infecção se forem tratados em casa. A portaria do Ministério da Saúde que regulamenta a atenção domiciliar só permite a ventilação não invasiva, ou seja, aquela que não depende de traqueostomia. O coordenador-geral da Atenção Domiciliar do Ministério da Saúde,*

*Aristides de Oliveira, informou que a inclusão da ventilação invasiva está sendo discutida. No Ceará, uma*

portaria estadual permite o atendimento em casa também para os casos que necessitem de ventilação invasiva. Desde 2005, a iniciativa possibilitou o retorno de 27 crianças e adolescentes para suas casas.

### **Usuários de crack e drogas similares chegam a quase 400 mil no país**



*Os usuários regulares de crack ou de outras drogas similares de cocaína fumada (pasta-base, merla e oxi) chega a 376 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. O maior número está na Região Nordeste do país. E os usuários consomem, em média, 16 pedras de crack por dia. Os números são da pesquisa “Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país”, encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A audiência pública foi solicitada pela deputada Rosane Ferreira (PV-PR). Ela questiona os dados da pesquisa. A metodologia usada na pesquisa é inédita no Brasil, e foi a única até o momento capaz de estimar de forma mais precisa essas populações de difícil acesso. Considerada uma população oculta e de difícil acesso, ela representa 35% do total de consumidores de drogas ilícitas, com exceção da maconha, nesses municípios, estimado em um milhão de brasileiros. O tema “drogas” é um daqueles assuntos permanentes na sociedade brasileira e, conseqüentemente, envolve os trabalhos legislativos e a CSSF. É um tema de saúde pública, mas que comporta uma dimensão moral, religiosa, policialesca, entre outros, que não pode ser desconsiderado quando se quer um debate que conquiste a legitimidade por meio de instrumentos racionais de diálogo e persuasão. Logo, no contexto dos debates da matéria na CSSF houve exame sobre o Plano Nacional de Enfrentamento ao Uso do Crack e Outras Drogas; a Drogadição e o Internamento Compulsório para população de rua; o Serviço Prisional; as Comunidades Terapêuticas; e sobre a estruturação e a articulação de instancias federativas com vistas à gestão e ao acompanhamento da política Saúde Mental, que além de envolver a responsabilidade de vários órgãos e entidades da administração pública federal, dos Poderes Judiciário e Legislativo, também abarca entidades privadas.*

### **Comissão aprova 18,7% da receita para Saúde**

*A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou destinação de 15% da arrecadação federal para a saúde pública a partir do ano que vem, com aumento gradativo desse percentual até chegar a 18,7% em 2018. O texto aprovado é o substitutivo do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 123/12, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), e cinco outros apensados.*

*Segundo a proposta, a União aplicará anualmente montante mínimo de recursos, calculado sobre sua receita corrente líquida, em ações e serviços públicos de saúde, nos seguintes percentuais: 15% em 2014; 16% em 2015; 17% em 2016; 18% em 2017; e 18,7% em 2018. O texto aprovado atende aos anseios do Movimento Saúde+Dez, que previa 10% da receita bruta da União para o setor. Os dois percentuais são equivalentes em termos de valores: devem representar quase R\$ 190 bilhões a mais para o SUS em cinco anos. Antes, a comissão havia rejeitado o parecer do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), que previa a destinação de 19% da receita líquida para a saúde, e a criação de uma contribuição social, com alíquota de 0,15%, para financiar o setor. Essa contribuição se daria nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).*

### **Falsificação, altos preços e impostos são problemas no comércio de medicamentos no país**

*A CSSF fez audiência pública para discutir a qualidade dos medicamentos vendidos no Brasil. Um documento apresentado na 15ª Bienal da Academia Cearense de Medicina, que abordou o mesmo assunto, apontou problemas como a ausência de avaliação adequada dos medicamentos pela vigilância sanitária, a falta de resposta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) às denúncias e a ineficácia da avaliação dos princípios ativos importados para fabricação de medicamentos, principalmente da Índia e da China. A audiência pública foi solicitada pelas deputadas Gorete Pereira (PR-CE) e Nilda Gondim (PMDB-PB), e teve como base o PL 4136/201, que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. Gorete destaca que devem ser feitos mais encontros e audiências sobre o tema, inclusive com a convocação do presidente da Anvisa e do Ministro da Saúde.*

### **Brasil tem mais de três milhões de doadores de medula cadastrados e é o terceiro maior banco do gênero no mundo**



*O número de doadores de medula voluntários tem aumentado nos últimos anos. Mais de 60 doenças podem ser tratadas através do transplante de medula óssea. Em 2000, existiam apenas 12 mil inscritos. Agora são 3, 300 milhões de doadores inscritos no Redome (Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea). Um aumento de 70%. O Brasil tornou-se o terceiro maior banco de dados do gênero no mundo, ficando atrás apenas dos registros dos Estados Unidos (quase 7 milhões de doadores) e da Alemanha (quase 5 milhões de doadores). Para discutir a melhoria da infraestrutura para a realização de*

*transplantes de medula óssea no país, a CSSF promoveu audiência pública reunindo especialistas, doadores e transplantados. Segundo Maria do Carmo, do Ministério da Saúde, o país tem maior política pública de transplantes do mundo. Através de portaria o governo federal destinou um milhão de reais para realização de transplantes de medula, cerca de R\$ 200 mil por leito. Luiz Bouzas, do Instituto Nacional do Câncer (Inca) ressalta o investimento de R\$ 194 milhões feitos no setor que conta com 61 centros de transplantes e 380 leitos credenciados. Além disso, existem 12 bancos de sangue de cordão público, localizados nos Bancos de Sangue, para armazenar células tronco, e mais quatro em fase de instalação, em regiões estratégicas. Esses bancos de cordão de sangue contam com 16 mil unidades armazenadas e cerca de 170 já foram utilizadas em transplantes. “Cerca de 22 mil transplantes foram feitos até 2012. Mais de 11 mil pacientes já procuraram o Redome desde a sua criação. Só este ano recebemos 1. 227 cadastrados. Em 2012 foram 248 transplantes e até setembro deste ano, 280”, informa o especialista. Ele ainda acrescenta que outro problema é a falta de centros de transplantes nas Regiões Norte e Nordeste do país.*

### **Grupo de Trabalho alerta para possível retorno dos manicômios**

*O Grupo de Trabalho de Saúde Mental da Comissão de Seguridade Social e Família promoveu audiência para discutir a qualidade dos serviços substitutivos em saúde mental. O objetivo foi avaliar o tratamento dado aos usuários desses serviços e aos seus familiares. A representante da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), Ivarlete França, criticou modelos baseados na segregação do usuário.*



*“Estamos vivenciando a indústria da loucura na sua maior potencialidade. Desde casas privadas clandestinas a comunidades terapêuticas sem condição de funcionar, indústria do eletrochoque, e até na produção do conhecimento acadêmico, que muitas vezes dá sustentação científica a esse modelo violador que nós vemos. A deputada Erika Kokay*

*completou: “Enfrentamos uma construção manicomial reinventada e travestida”.*

## Comissão aprova fundo para financiar despesas do SUS com o tabagismo



*Finalmente a CSSF aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 161, de 2000, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos e Relator Arnaldo Farias de Sá, que objetiva ressarcir o SUS (Sistema Único de Saúde) das despesas com atendimento e tratamento de pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas em decorrência do tabagismo. A comissão reconheceu que o fundamento da proposta está na imperiosa necessidade de se reaver gastos públicos com saúde decorrente do tabagismo. Alguns pronunciamentos nessa ocasião lembraram os danos causados pelo cigarro e/ou a forma não ética com que a indústria atua (e atuou), atingindo desde o fumicultor até o consumidor e seus familiares, passando pela manipulação da nicotina, crianças e adolescentes como público-alvo, violação à legislação que restringe a publicidade de produtos de tabaco e contrabando de cigarros perpetrado pelas próprias empresas legalizadas. O projeto que cria o Fundo de Combate ao Tabagismo, prevê financiar ações do Ministério da Saúde relacionadas ao atendimento e ao tratamento de pacientes com doenças provocadas ou agravadas em decorrência do fumo. Emenda estabelece que a principal fonte de recursos terá a destinação de 1% da arrecadação do IPI sobre cigarros. Fundo deve financiar tratamento de doentes, campanhas educativas e pesquisas científicas. Os recursos do fundo também seriam usados para a promoção de campanhas educativas visando à redução do tabagismo e à realização de pesquisas para a prevenção de doenças provocadas ou agravadas pelo hábito de fumar. O relator na Comissão foi o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).*

# **DEBATES TEMÁTICOS**



## Casos de dengue podem chegar a 600 mil, diz Ministro da Saúde



*O número de casos de dengue no Brasil pode se aproximar 600 mil este ano. A estimativa é do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que participou de debate temático em 3 de abril, numa promoção conjunta das comissões de Seguridade Social e Família, Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira e Controle. O número é próximo do de 2010, o pior ano da epidemia no país, quando foram confirmados 580 mil casos. Naquele ano, porém, circulavam pelo País apenas dois tipos de vírus. Hoje, já são quatro. De acordo com Padilha, de 2010 para cá houve redução de 84% do número de casos graves de dengue confirmados, mas o número de óbitos pela doença pode aumentar em 2013 em relação ao ano passado. A concentração maior, atualmente, está nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. O ministro Alexandre Padilha foi o primeiro convidado para os debates temáticos de 2013. Nunca é demais lembrar que na estrutura do Estado contemporâneo, o Parlamento goza de importante posição no cenário das instituições políticas, assumindo relevantes atribuições, dentre as quais, a função fiscalizadora. Aliás, o termo “parlamento”, segundo a terminologia mais tradicional, é empregado como indicativo da assembleia com Poder Legislativo e também o alto controle do Poder Executivo, de modo que a CSSF exerceu o fiel cumprimento da sua função institucional ao convidar o Sr. Ministro de Estado da Saúde para discutir alguns temas específicos, mas especialmente para debater com os membros da CSSF os temas da pasta saúde. Encontro similar ainda iria ocorrer em mais duas ocasiões, diante da implantação do Programa Mais Médicos, conforme se verá abaixo no decorrer deste Relatório de Atividades da CSSF – 2013.*

## Anvisa apresenta na CSSF projeto de descentralização



*Cerca de 3.800 municípios brasileiros realizam ações estratégicas de vigilância sanitária como fiscalização e abertura de processos administrativos. A iniciativa fez parte da Semana Nacional de Vigilância Sanitária. A direção da Anvisa, apresentou, em reunião da CSSF, dia 8 de maio, outras iniciativas em andamento, além da descentralização, para aprimorar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Uma delas é a criação de sistemas de informações para ajudar no planejamento e na realização de ações de vigilância sanitária. Hoje, a atuação da Anvisa vai da fiscalização dos alimentos e medicamentos à vigilância das fronteiras, portos e aeroportos. A Anvisa está realizando uma pesquisa junto aos municípios, para obter um retrato do sistema nacional da vigilância sanitária e medir resultados. Cerca de 1.600 municípios em que vivem mais de 50% da população brasileira já responderam a pesquisa.*

## Comissão recebe prestação de contas da Anvisa



A CSSF fez mais um debate temático no mês de maio, para analisar a prestação de contas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de 2012. De acordo com o presidente da instituição, Dirceu Barbano, o ano foi marcado por mudanças na estrutura do órgão e pela busca de mais eficiência, reduzindo o número de normas e aumentando a vigilância. Também em 2012, a Anvisa obteve autorização para a realização de concurso público com 300 vagas que serão distribuídas entre as áreas de maior demanda. As provas acontecem em junho deste ano. Outra iniciativa iniciada no ano passado e que tem continuidade agora é um programa para gerar renda e emprego em 100 municípios brasileiros, por meio do incentivo a pequenos produtores de alimentos e serviços. A regulamentação do mercado de medicamentos representa o grande avanço que o Brasil conquistou na área da Vigilância Sanitária, desde a criação da ANVISA. Mais ainda, a criação desta agência reguladora representa um avanço qualitativo para o Brasil na consolidação de tomadas de decisões cientificamente embasadas, a partir de evidências e processos estabelecidos no mundo todo para a regulação do mercado de insumos terapêuticos. Nada obstante, tal conquista não representa soberania por parte da ANVISA frente a sociedade brasileira, pelo contrário, o gozo da sua autonomia significa o dever de prestar contas das suas atribuições, que lhe foram incumbidas por interesses públicos. A marca singular de um Estado de direito, de caráter liberal como o caso brasileiro, é a existência de poderes e contra poderes na estrutura estatal, visando mitigar o poder. Logo, dentro do espaço institucional do Parlamento, compete à CSSF submeter à crítica, entre outras facetas, o poder de restrição do mercado pela ANVISA. Tal análise das ações da agência tornam a atividade regulatória mais transparente, garante o caráter republicano das tomadas de decisões e contribui para todo o avanço do Brasil na área de Vigilância Sanitária e Regulação de Medicamentos.

## A cada hora e meia uma mulher é assassinada no Brasil



Entre 2009 e 2011 foram aproximadamente 5.664 mortes por ano, 472 a cada mês ou 15,52 a cada dia, média de um assassinato a cada uma hora e meia. Em três anos, quase 17 mil assassinatos. Uma taxa de 5,82 óbitos por 100.000 mulheres. Esses crimes são geralmente executados por homens, geralmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos em casa, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. No mesmo período, as mulheres negras foram as principais

vítimas com 61% dos óbitos, principalmente nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). Os números fazem parte da pesquisa “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil / Feminicídios: a violência fatal contra a mulher”, lançada na CSSF. O feminicídio é o homicídio da mulher por um conflito de gênero, ou seja, por ser mulher. O documento foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e coordenado pela técnica da instituição, Leila Posenato Garcia. Os estados com maiores taxas são o Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Alagoas (8,84) e Roraima (8,51). Por outro lado, as taxas mais baixas foram observadas nos estados do Piauí (2,71) e Santa Catarina (3,28). A maior parte dos crimes aconteceu em via pública (31%), dentro de casa (29%) ou dentro de hospitais ou postos de saúde (25%). O estudo do Ipea também avaliou o resultado da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões. Constatou que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Houve apenas um sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei.

### **Fiocruz deve produzir medicamento para tratar a leucemia infantil**



Durante a apresentação do relatório anual da Fiocruz, em 16 de outubro, o presidente da instituição, Paulo Gadelha, apresentou números e iniciativas da instituição. A Fiocruz tem 12 mil trabalhadores, 1.100 doutores e este ano conta com um orçamento de R\$ 2,7 milhões. São produzidas em seus laboratórios 130 milhões doses de vacina e feitos 9 milhões de diagnósticos. Os laboratórios da Fundação realizam mais de 210 mil exames de referência e têm o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Também foi anunciado que o Brasil vai produzir, a partir de 2015, um medicamento usado no tratamento contra a leucemia infantil: o L-Asparaginase.

### **Pesquisa revela que população negra tem desvantagem em quase todos os indicadores de saúde pública**

No Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, a CSSF abriu espaço para debater a saúde da população negra no Brasil. Segundo dados da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, 70% dos usuários do Sistema Único de Saúde são negros. Apesar disso, a população negra tem desvantagem em praticamente todos os indicadores de saúde. Pesquisa revela que 41,5% das mulheres negras com mais de 40 anos nunca fizeram mamografia, contra 26,7% das mulheres brancas com a mesma idade. A



*desigualdade se estende a outros exames. O racismo é apontado como a causa dessa diferença de tratamento. Dados da Fundação Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, entre o período de 1977 a 1993, a redução da mortalidade infantil em menores de um ano de idade foi de 57%. No quesito raça/etnia, a partir da cor da mãe, a redução foi de 43% de menores de um ano de idade em brancos, enquanto na população negra foi de 25%, significativamente menor. De acordo com a legislação de saúde no Brasil, as ações de saúde voltadas à população negra visam inserir o quesito raça-cor como instrumento de identificação de prioridades, programas e políticas públicas. Vê-se então, por um lado, que uma das premissas componentes do sistema público universal de saúde é sua permeabilidade para as demandas advindas da sociedade, que se formam, historicamente, na pujança das relações sociais que estruturam e conformam a dinâmica social, e, pelo outro lado, o sistema de saúde brasileiro inclui os temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social da saúde; e o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas. Na realização desse encontro a CSSF teve a oportunidade de examinar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e submeter à crítica a eficácia e a efetividade do grau de direcionamento das instâncias do SUS no esforço para superar os fatores que determinam as expressões de maior vulnerabilidade da população negra como, por exemplo, a anemia falciforme. É importante destacar que para além desse encontro, a CSSF realizou no dia 15 de outubro Audiência Pública destinada a debater, novamente, “a política nacional de saúde integral da população negra”, que contou com a participação de representantes do Ministério da Saúde, ONG Criola, Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e SEPIR, além da presença dos autores do Requerimento nº 433, Deputados (as) Érika Kokay, João Ananias, Padre João, Mandetta, Eleuses Paiva, Colbert Martins, Geraldo Rezende, Dr. Jorge Silva e Osmar Terra.*

### **Brasil é o único país do mundo que não atingiu meta da ONU para a hanseníase, mas avança nos direitos humanos ligados à doença**



*O embaixador da Organização das Nações Unidas (ONU) para a eliminação da hanseníase, o japonês Yohei Sasakawa participou de um debate temático na CSSF no dia 18 de dezembro. Ele lembra que a hanseníase é uma doença que sempre foi discriminada pela humanidade. Yohei afirma que a doença deve ser tratada da mesma forma de que*

outras doenças de saúde pública, como Aids e malária. “A hanseníase vem atormentando a humanidade por longos anos. Pode ser tratada e curada. Não tem absolutamente nada com doença epidemiológica ou “castigo de Deus”. Ressalto também o papel da mídia na divulgação de que uma doença curável e que o remédio é distribuído de graça nos postos de saúde”, destaca o embaixador. Yohei Sasakawa informa que, a partir de 1980 uma campanha mundial da ONU estabeleceu a meta de um doente de hanseníase para cada grupo de 100 mil habitantes. O Brasil é o único país que até hoje não atingiu a meta. Segundo o Ministério da Saúde, em 2011 o Brasil registrou o coeficiente de 15,88 casos novos por 100 mil habitantes. “Não entendo com um país capacitado para a Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016, seja o único país do mundo que não atingiu essa meta de combate à hanseníase. Mas, hoje, aqui no Congresso, tenho a certeza que os parlamentares se mobilizarão para que até 2015 o Brasil tenha uma decisão firme e concreta para eliminar a hanseníase”, diz Sasakawa. Por outro lado, ele destaca que o Brasil tem avançado muito na questão dos direitos humanos ligados à doença, especialmente no que diz respeito à indenização para os filhos que foram separados dos pais portadores de hanseníase.

### **Programa de prevenção de acidentes e epidemias em eventos de massa é apresentado para Comissões da Câmara**



A iniciativa envolve administração federal, governos estaduais e municípios. Segundo o Ministério do Esporte só a Copa do Mundo de 2014 deve movimentar três milhões de turistas nacionais e 600 mil estrangeiros. Outros eventos também devem ser beneficiados pelo esquema montado como a Jornada Mundial da Juventude, o Círio de Nazaré, os carnavais de Salvador e Olinda e os Jogos Olímpicos de 2016. Os detalhes da iniciativa foram apresentados em um debate temático, dia 9 de maior, das Comissões de Seguridade Social e Família, e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. O diretor da Anvisa, José Agenor da Silva, destacou que a estrutura que está sendo montada deve prevenir doenças transmissíveis, acidentes e até riscos de atentados. Cerca de 47 bilhões de reais já foram investidos pelo Ministério do Esporte em obras de infraestrutura e mobilidade urbana, além de projetos de suporte e serviços. Luene Santos, coordenadora de grandes eventos do ministério destacou ainda que a câmara temática, que cuida dos próximos eventos de massa no país, é formada por 16 ministérios e nove secretarias nacionais. As diferenças climáticas entre as regiões são outra preocupação. Rejane Calixto Gonçalves, coordenadora de vigilância sanitária de São Paulo, alerta para a transmissão de doenças respiratórias. “A Copa de 2014 vai acontecer durante o inverno, tempo de frio no Sul e Sudeste, mas de calor no Norte e Nordeste e já estamos organizando campanhas de informação e imunização de algumas doenças, principalmente junto à população que vai trabalhar no evento”, informa.



# **SEMINÁRIOS**



## Seminário conclui que país precisa de medidas urgentes para cuidar da população idosa



De acordo com dados da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), em 2025, os idosos no Brasil atingirão uma cifra aproximada de 30 milhões de pessoas, o equivalente a 15% da população. Estudos mostram que, devido às quedas das taxas de fecundidade, sobretudo a partir das décadas de 70 e 80 e à diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas, o envelhecimento da população brasileira é irreversível e o país de jovens começa a mudar a estrutura demográfica. Para discutir uma série de assuntos relacionados ao tema, a CSSF promoveu o seminário “Um olhar atualizado sobre a velhice”. Para Sandra Rabelo, presidente do Conselho Estadual do Idoso do Rio de Janeiro, os idosos teriam direitos garantidos no artigo 230 da Constituição de 1988 e nos 118 artigos do Estatuto do Idoso “Oitenta por cento de tudo que está no papel não é cumprido. Transporte, violência em casa, abandono, sistema de saúde falho ou inexistente. Uma série de problemas acompanha nossos idosos”, enumera Sandra. Ela alerta que a falta de políticas públicas e previsão orçamentária são um problema para “explosão” de pessoas acima de 65 anos que está para acontecer. Já de acordo com Simone de Almeida, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 12 milhões de idosos recebem benefícios do regime geral da previdência. Para ela, esses benefícios ajudam a promover a acolhida, convívio ou vivência familiar. A técnica destaca que 5.505 municípios têm centros de referência de assistência social, e 25% deles com Centro de Convivência para Idosos. Sandra Julião, da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa, relata que as instituições encarregadas de executar o Estatuto do Idoso, não estão preparadas e procuram o Ministério Público para fazer o trabalho que seria deles.

## Desafios para o SUS do futuro

Para marcar os 25 anos do SUS, a CSSF promoveu um seminário para debater melhorias no sistema. O S



US ainda enfrenta problemas crônicos de financiamento. Além disso, a redução das desigualdades regionais na área da saúde, a má distribuição de serviços e profissionais e a insatisfação da população quanto aos serviços prestados, são alguns problemas que precisam ser resolvidos. Jurandir Frutuoso, do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), lembra que é um sistema ideologicamente socialista mas com financiamento conservador. Ressalta que as mudanças no SUS passam pelo Congresso com a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular (PLP 321/13) que exige a aplicação de 10% das receitas correntes

brutas da União na saúde. Dois milhões de pessoas assinaram o PL. Ele também defende a regionalização da saúde e considera que, com o esgotamento das fontes de receita nos estados e municípios, é a União que deve arcar com o aumento de financiamento do SUS. O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) avalia que a sociedade civil deve agir com mais rigor e se mobilizar, por exemplo, pela aprovação do projeto de iniciativa popular que está na Câmara. “Esses recursos podem ajudar na formação de profissionais de saúde que trabalham nos serviços públicos de saúde, como os médicos de família. Queremos que, um dia, o SUS possa atender entre 80 e 90 por cento na população”, conclui. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), lembra que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema universal e gratuito de saúde. “Somos otimistas quanto ao SUS e não podemos agir só sob o olhar da crítica, do que é deixado de fazer. Uma pesquisa mostra que a população aprova o SUS, e a maior reclamação são as filas. Mas por outro lado temos o Programa de Saúde da Família, a lei dos medicamentos genéricos, o financiamento tripartite para entrega de remédios, somos o maior país do mundo em número de transplantes gratuitos, o controle do diabetes e hipertensão e das doenças circulatórias. Além da redução da mortalidade infantil e materna”, destaca Antônio Carlos. Ele fala ainda que, entre os avanços, estaria incluir a obesidade nos atendimentos dos postos de saúde, a atividade física também.

### **Força-tarefa para combater a obesidade infantil**



De acordo com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, o país tem 6,7 milhões de crianças obesas. Dados da pesquisa, nas duas últimas décadas, indicam que a prevalência da obesidade em crianças, de 5 a 9 anos, saltou de 4,1% para 16,6% entre os meninos e de 2,4% para 11,8% entre as meninas. Os números preocupam especialistas, governo e o legislativo. Para debater o que deve ser feito para enfrentar o problema, a CSSF realizou um seminário, proposto pelo deputado Alexandre Roso (PSB-RS). Os participantes pediram uma “força-tarefa” envolvendo governo, família, escola, indústria e organizações não governamentais para combater a doença. Na Câmara tramitam hoje 39 Projetos de Lei sobre a obesidade. A maioria trata de temas como o espaço para obesos em aviões e ônibus. Cerca de 15 trazem para discussão questões ligadas à saúde da pessoa obesa. Entre as causas da obesidade infantil estão alterações psicológicas (ansiedade), ambientais (falta de atividade física), hormonais, genéticas e medicamentosas. A doença provoca problemas ortopédicos, hipertensão, aterosclerose, distúrbios metabólicos, além de bullying nas escolas.

## Em 2013 serão 69 mil novos casos de câncer de próstata no Brasil



No Brasil, o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens. Em 2012 foram mais de 60 mil casos. Este ano, o Inca (Instituto Nacional do Câncer) prevê 69 mil novos casos. Em 2010 a doença provocou 12.778 mortes. O aumento observado nas taxas de incidência no Brasil é parcialmente justificado pela evolução do diagnóstico e pela melhoria nos sistemas de informação. O câncer de próstata foi um dos temas do IV Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem, promovido pela CSSF. O presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Aguinaldo Nardi, alertou para outra doença que atinge cada vez mais os homens brasileiros: o câncer de pênis. No país, os dados que superam os números da Índia e do Egito, por exemplo. A doença tem provocado mil amputações de pênis por ano no Brasil. “E esses homens não perdem só o pênis, mas a alma. No Maranhão a situação é endêmica, com um caso novo a cada 13 dias”, ressalta Aguinaldo. Ele apresenta outro dado importante. Em 2012 houve 16 milhões de consultas ginecológicas no SUS e apenas dois milhões a urologistas. “O homem tem medo de descobrir doenças e não frequentam serviços de saúde”, alerta. O Fórum foi solicitado pelo deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES), que também presidiu o evento. Ele também é presidente da Frente Parlamentar de Atenção Integral à Saúde do Homem. O tema foi discutido em audiência pública da CSSF.

## Países da América Latina e Caribe se unem para combater mortalidade materna e infantil



A Organização das Nações Unidas (ONU) firmou em 2000, os chamados Objetivos do Milênio. Reduzir em 75 por cento, até 2015, as mortalidades infantil e materna são dois desses objetivos. Para agilizar as ações para que o Brasil e outros países da América Latina e Caribe consigam atingir essas metas, duas Comissões da Câmara promovem o Primeiro Seminário de Parlamentares da América Latina e Caribe para debater a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil. O debate possibilitou ainda a integração com parlamentos de países dessas regiões que também enfrentam dificuldades para atingir as metas estabelecidas pela ONU. A iniciativa foi das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). O deputado João Ananias (PCdoB-CE), presidente da subcomissão especial destinada a tratar do fortalecimento da informação e prestação de contas sobre a saúde das mulheres e das crianças, e a deputada Carmen Zanotto (SC), que foi relatora do colegiado, pediram a realização do seminário. Para o deputado João Ananias, os atuais indicadores de mortalidade

materna e infantil são intoleráveis. “A meta é zero, e esse encontro é o ponto de partida para um ritmo maior para redução desses índices. Já alcançamos 75 por cento de redução na mortalidade infantil, mas falta atingir a meta quanto a mãe”, informou. O deputado destacou a presença de parlamentares do México, Guatemala, Peru, Bolívia, Uruguai, Chile, Nicarágua, República Dominicana, San Salvador, Haiti, Equador, Cuba e Argentina. Carmen Barroso, diretora Regional da Federação Internacional de Planejamento Paternal para o Hemisfério Ocidental, destaca o papel dos parlamentares para assegurar recursos e a distribuição deles para atender as populações necessitadas. Ela alertou sobre o aumento da maternidade na adolescência e o impacto disso no resto da vida da mulher: a falta de trabalho, instabilidade no casamento e aumento das taxas de suicídio de meninas. Carmen lembra que a penalização do aborto não diminuiu a prática nem a mortalidade. “Na América Latina são 4,2 milhões de abortos inseguros por ano. Noventa e três por cento deles em condições extremamente precárias. Consequência de uma legislação restritiva, leis antigas e draconianas. Pesquisas mostram que onde o aborto é proibido as taxas aumentam e onde é permitido, caem”, afirma. Ela destaca ainda que no Brasil, em 2008, foram 251 internações hospitalares por causa de complicações de aborto. Carmen defende a legalização do aborto para diminuição da mortalidade materna. Ela lembra que México e Uruguai já tomaram medidas para acabar com o aborto inseguro. No final do Seminário, parlamentares elaboraram um documento final no término do Primeiro Seminário de Parlamentares da América Latina e Caribe para debater a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil. O documento final estabelece ações, como exigir dos governos da América Latina e Caribe que cumpram os compromissos nacionais e internacionais assumidos em diferentes instâncias, como fóruns regionais e conferências internacionais; participar ativamente e dar suporte legislativo às ações que promovam a redução da mortalidade materna e neonatal, assim como de iniciativas que melhorem o acesso universal a saúde e, especificamente, a qualidade da atenção à saúde materna e neonatal.

# **SUBCOMISSÕES**



*A Comissão de Seguridade Social e Família constituiu seis subcomissões especiais destinadas a avaliar matérias específicas. A CSSF também abrigou em 2013 um Grupo de Trabalho destinado a discutir o tema da saúde mental.*

*-Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em saúde, produção de fármacos, equipamentos e outros insumos.*

*-Subcomissão Especial destinada a diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas às doenças determinadas pela pobreza.*

*-Subcomissão Especial para discutir o tema da violência contra a mulher.*

*-Subcomissão Especial destinada ao Fortalecimento de Informação e Prestação de Contas sobre a Saúde das mulheres e das crianças.*

*-Subcomissão Especial destinada a avaliar o Sistema de Saúde Complementar e discutir medidas que possam contribuir para a preservação e fortalecimento das operadoras dos planos de saúde de autogestão.*

*-Subcomissão Especial destinada a discutir a informatização da saúde no Brasil.*



## **Subcomissão Especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as políticas de governo relacionadas às doenças determinadas pela pobreza**



*A Subcomissão foi criada pela Comissão de Seguridade Social, na sessão ordinária do dia 20 de março de 2013 a partir do Requerimento nº 312/2013, de autoria do Deputado Antonio Brito. A criação de tal Subcomissão, teve como objetivo “diagnosticar as ações de governo sobre” as doenças determinadas pela pobreza num contexto em que políticas de governo têm conseguido diminuir o contingente de pobres no País. Ademais, foi destacado, ainda, que “doenças como Tuberculose, Hanseníase, Esquistossomose, Geohelmintíases, entre outras, atingem principalmente a população em situação de extrema pobreza, além de ser um fator impeditivo no desenvolvimento das famílias atingidas, com impacto direto na qualidade de vida e oportunidade de trabalho e renda”. Foram nomeados os seguintes parlamentares como componentes titulares da Subcomissão: Deputado Antonio Brito, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputada Benedita da Silva, Deputado Dr Paulo César, Deputado Eduardo Barbosa e Deputada Nilda Gondim. A Deputada Benedita da Silva foi eleita Presidente e o Deputado Antonio Brito foi indicado como Relator da Subcomissão. Como objetivo e eixos temáticos a serem abordados que a Subcomissão, “verificar as principais ações, avanços e desafios nas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal), bem como as articulações extrassetoriais, para o enfretamento das doenças relacionadas à pobreza, especialmente tuberculose, hanseníase e doenças negligenciadas (esquistossomose, verminoses, Chagas, leishmaniose, entre outras), e se for o caso, apresentar propostas que possam contribuir com todo o processo”.*

*Como cronograma inicial foi proposta a realização das seguintes atividades:*

- 1. Envio de correspondência aos diversos órgãos do Governo Federal solicitando informações sobre as questões relacionadas com o tema. (ANEXOS de I a VII)*
- 2. Envio de questionários às Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde das capitais, aos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS de cada Unidade Federada, e aos Comitês para o Controle da Tuberculose existentes com o objetivo de embasar e potencializar os trabalhos da Subcomissão (ANEXOS de VIII a XI).*
- 3. Reunião de audiência pública com a presença de representantes do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Previdência Social e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS.*
- 4. Reunião de audiência pública a ser realizada no Estado do Rio de Janeiro com a participação das diversas entidades da sociedade civil organizada. Por se tratar do Estado com o maior*

número de casos de tuberculose e possuir uma Frente Parlamentar de Combate da Tuberculose na Assembleia Legislativa, com participação dos movimentos sociais.

*Durante os trabalhos da Subcomissão foram realizadas as seguintes audiências:*

1) *Audiência pública, realizada em 6 de junho, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no auditório da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos Deputados Federais Benedita da Silva (PT/RJ), e Antônio Brito (PTB/BA) e Dr. Paulo César (PSD-RJ) respectivamente, presidente, relator e membro titular da Subcomissão de Estudos sobre Doenças Determinadas pela Pobreza, e do Deputado Estadual Gilberto Palmares (PT/RJ), Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Tuberculose no Rio de Janeiro.*

2) *Audiência pública, realizada em 20 de agosto, com a presença do Sr. Claudio Maierovitch, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, da Srª. Mariana Neris Machado, Coordenadora Geral de Serviços de Acolhimento, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Sr. Rafael Mafra, Gerente de Projetos da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Srª Doris Terezinha Loff Ferreira Leite, Coordenadora-geral de Perícias Médicas da Diretoria de Saúde do Trabalhador, do Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS, e da Srª Sandra Cavalcanti Botelho de Amorim, Coordenadora de Atividades Médico Periciais da Diretoria de Saúde do Trabalhador, do Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS.*

3) *Participação no V Encontro de Pesquisa e Inovação em Tuberculose da Bahia, com a presença do Relator, Deputado Antônio Brito ao evento.*

*O Relatório Final está disponível no site da CSSF e também impresso.*

### **Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros insumos**



*A Subcomissão foi criada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados , em 06 de abril de 2011, a partir de requerimento da deputada Jandira Feghali. A Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e Outros Insumos, foi criada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados , em 06 de abril de 2011, a partir de requerimento da*

*deputada Jandira Feghali. A Subcomissão teve como objetivos principais analisar a situação da capacidade de produção e inovação de produtos amplamente consumidos em todas as áreas do Sistema Único de Saúde (SUS); identificar obstáculos para o melhor rendimento das compras governamentais do setor da saúde no fomento à inovação tecnológica e sua produção no País, associando o desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico; e, contribuir para a ampliação do acesso da população às novas tecnologias de atenção à saúde.*

*Fizeram parte da Subcomissão, como titulares, os deputados Dr. Paulo César, Elcione Barbalho, Jandira Feghali, José Linhares e Rosinha da Adefal. Como suplentes, os deputados André Zacharow, Jhonatan de Jesus, João Ananias, Rogério Carvalho, Eleuses Paiva e Raimundo Gomes de Matos. A deputada Jandira Feghali foi eleita presidente e o deputado Dr. Paulo César foi indicado como Relator da Subcomissão.*

*Para termos uma ideia, apenas o representante federal do SUS, o Ministério da Saúde, gasta entre R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano em compras de produtos relacionados ao chamado complexo industrial da saúde, o CIS, como vacinas, medicamentos, equipamentos, hemoderivados, kits de diagnóstico e assim por diante. Uma quantidade que aumenta a cada ano. Entretanto, a maior parte das compras que o Ministério da Saúde faz para o SUS, que implica em relação direta com o setor empresarial, não é regulada por políticas que tenham metas e estratégias. É necessária uma política capaz de orientar essa imensa capacidade de compras no sentido de fomentar a pesquisa, a inovação tecnológica e o empreendedorismo. O estreito vínculo da política industrial e tecnológica com a política social em saúde é uma oportunidade para o desenvolvimento do País em áreas de elevada intensidade de tecnologia. Entretanto, durante as últimas décadas, as empresas brasileiras constituintes do CIS, perderam competitividade. O déficit geral acumulado passou da base de US\$ 700 milhões no final dos anos 80 para um patamar de US\$ 3 bilhões em 2004. A Subcomissão estudou os setores farmacêuticos que produzem medicamentos e algumas áreas comuns, como a propriedade intelectual, a pesquisa e as compras governamentais. Em todas essas áreas foram identificados problemas como a crescente dependência de importações, alta carga tributária, fracos investimentos da iniciativa privada em desenvolvimento e inovação de produtos e obstáculos burocráticos à realização de pesquisa no Brasil.*

*O relatório final, que aguarda aprovação em plenário, propõe projetos de lei, indicações e recomendações que podem ajudar a resolver problemas que impedem melhorias nos serviços de saúde para a população brasileira.*

## **Subcomissão Especial para discutir o tema da violência contra a mulher**



*A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher realizou seis missões oficiais: a Teresina, no Piauí, a Palmas, no Tocantins, a Macapá e a Santana, no Amapá, a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e a Campinas, em São Paulo.*

*Realizaram-se reuniões com especialistas em Brasília. Ouviram-se dezenas de cidadãos e cidadãs, de movimentos sociais e de representantes dos poderes públicos. Propôs três Projetos de Lei: o primeiro altera o Código de Processo Penal para explicitar as hipóteses de cabimento de prisão preventiva nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; o segundo altera a Lei de Licitações para incluir como critério de desempate nas licitações a participação em programa de equidade de gênero e raça e para incluir entre os requisitos de habilitação nas licitações a comprovação de que a empresa licitante não tenha praticado atos de discriminação motivados por origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras razões; o terceiro altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer prioridade das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar como beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida. Propôs ainda 50 recomendações aos Poderes Executivo e Judiciário e ao Ministério Público, baseadas nas visitas aos equipamentos e nas críticas e sugestões apresentadas pela sociedade civil e por agentes públicos. O relatório final foi aprovado em 11 de dezembro de 2013 e encontra-se disponível no site da CSSF e também impresso.*

## **Subcomissão Especial destinada ao Fortalecimento de Informação e Prestação de Contas sobre a Saúde das mulheres e das crianças**

*Criada a partir de requerimento do Dep. João Ananias, aprovado em 20/03/2013, instalação em 23/04/2013, teve como membros titulares as Deputadas Carmen Zanotto e Nilda Gondim, e os Deputados Darcísio Perondi, Geraldo Resende, João Ananias e Nazareno Fonteles; como suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Jô Moraes, Rosane Ferreira e Sandra Rosada, e o Deputado Rogério Carvalho. O Deputado João Ananias foi eleito presidente da Subcomissão e a Deputada Carmen Zanotto foi escolhida relatora. A Subcomissão propôs, e o plenário da Comissão aprovou, a realização do Primeiro Seminário de Parlamentares da América Latina e Caribe para debater a saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, ocorrido nos dias 04 e 05 de dezembro de 2013. O relatório final ainda não foi aprovado.*

### **Subcomissão Especial destinada a avaliar o Sistema de Saúde Complementar e discutir medidas que possam contribuir para a preservação e fortalecimento das operadoras dos planos de saúde de autogestão**

*A Subcomissão foi criada após aprovação pelo plenário da Comissão, no dia 20/03/2013, de requerimento do Deputado Saraiva Felipe. Teve como membros titulares a Deputada Érika Kokay e os Deputados Antônio Brito, Arnaldo Faria de Sá, Rogério Carvalho, Darcísio Perondi e Saraiva Felipe; como suplentes, a Deputada Sandra Rosado e os Deputados Dr. Ubiali, Francisco Floriano e Mandetta. A presidência coube ao Deputado Saraiva Felipe e a relatoria, ao Deputado Antônio Brito. O relatório final ainda não foi aprovado.*

### **Subcomissão Especial destinada a discutir a informatização da saúde no Brasil**

*A Subcomissão foi criada a partir de requerimento do Dep. Mandetta, aprovado em 20/03/2014 e instalada em 17/04/2013, tendo como membros titulares os Deputados Alexandre Roso, Eleuses Paiva, Mandetta, Marcus Pestana, Raimundo Gomes de Matos e William Dib, e como suplentes a Deputada Carmem Zanotto e os Deputados Dr. Ubiali, Geraldo Resende, Lael Varella, e Dr. Jorge Silva. No desenvolvimento dos seus trabalhos, a Subcomissão realizou audiência pública com a participação de representantes da Secretaria de Controle Externo da Saúde (SECEX/SAÚDE) e da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFIT), do Tribunal de Contas da União, para apresentação de trabalhos daquela Corte de Contas sobre a informatização da saúde no Brasil. O relatório final ainda não foi aprovado.*

### **Grupo de Trabalho para discutir a saúde mental**

*O Grupo de Trabalho destinado a discutir o tema da saúde Mental foi criado através do Requerimento nº 317 de 2013, da Deputada Érika Kokay, que também presidiu os trabalhos. O Grupo de Trabalho prossegue com suas ações na próxima sessão legislativa. As atividades desenvolvidas em 2013 encontram-se neste relatório.*



**INTERCÂMBIO COM DELEGAÇÕES  
ESTRANGEIRAS**



## **Delegação de Moçambique visita Comissão de Seguridade Social e Família**



*A Comissão dos Assuntos Sociais, Gênero e Ambientais e o Gabinete da Mulher Parlamentar, da Assembleia da República de Moçambique, visitaram a CSSF. A delegação foi recebida pelo presidente da CSSF, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). O relator da Comissão dos Assuntos Sociais, de Gênero e Ambientais, deputado Leopoldo Ernesto, destacou que a Comissão tem 17 integrantes e trabalha na análise e elaboração de propostas e projetos de lei. Ernesto informou que a área de atuação do grupo é ampla, tratando de assuntos que vão da educação e saúde a questões ligadas às mulheres e idosos, por exemplo.*

## **Delegação de parlamentares alemães visita CSSF**

*Em abril, parlamentares da Alemanha ligados à área da saúde estiveram reunidos com representantes da Comissão. Eles conheceram a forma de atuação da CSSF e trocaram ideias sobre os sistemas de atendimento do setor na Alemanha e Brasil. Os parlamentares representavam as várias forças políticas que compõem o parlamento alemão.*



# **ANEXOS**



**Anexo I**

**Relação de audiências públicas e seminários realizados pela Comissão**

<b>Nº Req Autor</b>	<b>Data evento</b>	<b>Tema</b>	<b>Convidados (nome/cargo) que participaram do evento</b>
REQ nº 295 do Deputado Amauri Teixeira	21/03/13	"Debater a estratégia do Programa Saúde em Movimento para ofertar serviços especializados em que há escassez de mão de obra	CLÁUDIA ALMEIDA Diretora de Projetos Especiais da Superintendência de Regulação da Secretaria de Saúde da Bahia-SESAB RAUL MOREIRA MOLINA BARRIOS Presidente do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia-COSEMS-BA LUCIANO GOULART Diretor Executivo do Instituto de Olhos Fábio Vieira RUY NOVAES CUNHA Presidente do DayHorc - Hospital de Olhos REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
Req nº 333- Deputados Érika Kokay e Rogério Carvalho	09/05/13	"Discutir as reivindicações dos pacientes portadores da Síndrome de Fibromialgia e Fadiga Crônica, bem como a inclusão dessa Síndrome no rol das doenças que asseguram atendimento médico qualificado no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde	ELIZABETH DE ORLEANS CARVALHO DE MOURA Fisioterapeuta especialista em Terapia Intensiva - UTI ROBERTO EZEQUIEL HEYMANN Reumatologista MARCOS BRIOSCH Presidente da Associação Brasileira de Termologia-ABRATERM
Req nº 309 Deputados Rosinha da Adefal, Eduardo Barbosa, Carmen Zanotto, Henrique Afonso, Geraldo Resende, Eleuses Paiva, Benedita da Silva e Rogério Carvalho	16/05/13	Discutir a implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde	ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República MARISA FÚRIA DA SILVA Conselheira Nacional de Saúde-CNS VERA LÚCIA FERREIRA MENDES Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA Vice-Presidente da União das Instituições de Autogestão em Saúde
Req nº 398- Deputados Mandetta e Eleuses Paiva	14/08/13	"Esclarecimentos sobre os critérios implementados para a vinda de médicos estrangeiros para o	Embaixador ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA - Ministro de Estado das Relações Exteriores

		Brasil, além da perda de R\$ 17 bilhões durante o exercício de 2012 que deveriam ser utilizados no setor da saúde."	
<p>399/13-CSSF-Mandetta e Eleuses Paiva</p> <p>Req nº 313/13 CREDN, do Deputado Nelson Pellegrino</p> <p>Req nº 297/13 CREDN, do Deputado João Ananias;</p> <p>Req nº 298/13 CREDN, do Deputado Nelson Pellegrino;</p> <p>Req nº 300/13 CREDN, do Deputado Vitor Paulo;</p> <p>Req nº 302/13 CREDN, do Deputado Urzeni Rocha;</p> <p>Req nº 303/13 CREDN, dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Nelson Marchezan;</p> <p>Req nº 306/13 CREDN, do Deputado Alfredo Sirkis;</p> <p>Req nº 73/13-CLP, do Deputado Glauber Braga;</p>	22/08/13	<p>Explicar a respeito dos principais aspectos relacionados à elaboração e à execução da política externa brasileira</p> <p>Prestar esclarecimentos, no âmbito da esfera de atuação do Ministério das Relações Exteriores, a respeito das denúncias de atividades de espionagem que estariam sendo empreendidas por agências do governo dos Estados Unidos da América em território brasileiro</p> <p>Prestar esclarecimentos sobre os critérios exigidos para a entrada e para a contratação de médicos estrangeiros para atuarem no Brasil</p>	

<p>Req nº 473/13 CFFC, do Deputado Edinho Bez;</p> <p>Req nº 14/13- CCTCI, dos Deputados Paulo Abi- Ackel e Antonio Imbassahy;</p> <p>Req nº 215/13 CCTCI, dos Deputados Newton Lima e Sibá Machado;</p> <p>Req nº 219/13 CCTCI, da Deputada Luciana Santos</p>			
<p>REQ nº 299 dos Deputados Dr. Paulo Cesar, Mandetta, Amauri Teixeira e Geraldo Resende</p>	26/03/13	<p>"Discutir o Projeto de Lei nº 2431, de 2011 que proíbe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária de vetar a produção e comercialização dos anorexígenos sibutramina, anfepromona, femproporex e mazindol"</p>	<p>ROSANA RADOMINSKI Diretora do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia DANIEL FRANÇA VASCONCELLOS Diretor de Relações Governamentais da Sociedade Brasileira de Cardiologia DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, representando também o Ministério da Saúde</p>
<p>REQ nº 302 dos Deputados Dr. Rosinha, Luiz Couto, Dr. Ubiali, Antonio Brito, Geraldo Resende, Arnaldo Faria de Sá, Mandetta e Amauri Teixeira e REQ nº 308 da Deputada Rosinha da Adefal</p>	02/04/13	<p>"Debater sobre o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, comemorado no dia 02 de abril e discutir os avanços e as conquistas a partir da vigência da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista"</p>	<p>ROBÉRIO NEGREIROS Deputado Distrital de Brasília/Distrito Federal FERNANDO COTTA Presidente Nacional do Movimento Orgulho Autista Brasil DEUSINA LOPES DA CRUZ Assistente da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</p>

REQ nº 304 dos Deputado Marcus Pestana	04/04/13	"Discutir sobre os problemas afetos ao licenciamento de produtos e à certificação relativa a boas práticas."	JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA Diretor de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA SOLANGE NAPPO Diretora de Assuntos Regulatórios da INTERFARMA REGINALDO BRAGA ARCURI Presidente da FARMABRASIL
REQ nº 289 dos Deputados Eleuses Paiva, João Ananias, Pastor Eurico, Geraldo Resende, Rosane Ferreira, Dr. Jorge Silva, Darcisio Perondi, Nazareno Fonteles	09/04/13	"Discutir o problema do alcoolismo juvenil."	ROBERTO TYKANORI KINOSHITA Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde MARIA INÊS DOLCI Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE
REQ nº 286 do Deputado Eleuses Paiva	11/04/13	"Discutir o retorno da venda de medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs), para fora do balcão das farmácias e drogarias."	MARIA EUGÊNIA CARVALHAES CURY Chefe do Núcleo de Gestão do Sistema Nacional de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - NUVIG/ANVISA FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO Presidente da Associação Médica Brasileira WALTER DA SILVA JORGE JOÃO Presidente do Conselho Federal de Farmácia CARLOS VITAL TAVARES CORREA LIMA Presidente em Exercício do Conselho Federal de Medicina AURÉLIO VILLAFRANCA SAEZ Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição - ABIMIP
REQ nº 296 dos Deputados Benedita da Silva e Rogério Carvalho	23/04/13	"Discutir a Autorização para o Trabalho Artístico do Menor."	GABRIEL NAPOLEÃO VELLOSO FILHO Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região CARLOS MARTHEO CROSUÉ GUANAES GOMES Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia THALMA ROSA DE ALMEIDA Vice-Coordenadora Nacional da Coordinfância - Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho JULIANA MARQUES PETROCELI Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
REQ nº 290 da Deputada Jô Moraes	25/04/13	"Debater o tema Epilepsia, uma doença não contagiosa que se	MARIA CAROLINA DORETTO Representante da EPIBRASIL - Federação Brasileira de Epilepsia

		manifesta em indivíduos de todas as idades."	CARLOS SILVADO Representante da Liga Brasileira de Epilepsia EDMILSON FONSECA Procurador do Estado de Rondônia LUIZ EDUARDO ALCÂNTARA DE MELO Coordenador-Geral de Relacionamento Interinstitucional do Ministério da Previdência Social
REQ nº 341 do Deputado Dr. Rosinha	06/05/13	"Debater o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e o Papel Compartilhado da Esfera Federal, Estadual e Municipal, como foco na Descentralização e no uso dos Sistemas de Informação em Vigilância Sanitária como Ferramenta de Planejamento e Gerenciamento de Risco"	DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA WILSON ALECRIM Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS
REQ nº 341 do Deputado Dr. Rosinha	08/05/13	"Apresentação do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA"	DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
REQ nº 341 do Deputado Dr. Rosinha	09/05/13	"Discutir Direito Sanitário e Legislação em Saúde."	SANDRA MARA CAMPOS Coordenadora do Programa de Direito Sanitário da FIOCRUZ DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO Presidente da ANVISA MAXILIANO D'ÁVILA CÂNDIDO DE SOUZA Procurador Federal vinculado à ANVISA
REQ nº 300 do Deputado Eleuses Paiva	21/05/13	"Discutir a venda da AMIL para a UNITED HEALTH"	KENYS MENEZES MACHADO Coordenador Geral de Análise Antitruste 02 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA Representante do Conselho Federal de Medicina SANDRO LEAL ALVES Gerente Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE LEANDRO FONSECA DA SILVA Diretor-Adjunto da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS
REQ nº 326 do Deputado Dr. Rosinha	23/05/13	"Apresentação e debate da Agenda Propositiva para Crianças e Adolescentes 2013."	MÁRIO VOLPI Representante da UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância MARIA IZABEL DA SILVA Presidente do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

			<p>JOSÉ ANTÔNIO MORONI Diretor do INESC - Instituto de Estudos Sócio Econômicos</p> <p>HELOISA OLIVEIRA Representante da Fundação ABRINQ</p> <p>DOUTOR RAFAEL DIAS MARQUES Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente/ COORDINFÂNCIA</p>
REQ nº 320 dos Deputados Rogério Carvalho, Amauri Teixeira e Benedita da Silva	28/05/13	"Debater o Projeto de Lei Complementar nº161, de 2012, que: altera disposições das Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, sobre o Regime de Previdência Complementar".	
REQ nº 319 das Deputadas Rosane Ferreira Carmen Zanotto e Mara Gabrielli	04/06/13	"Discutir o tempo de espera a que estão sujeitos os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para passarem por perícia médica, após darem entrada no pedido de benefício previdenciário por incapacidade."	<p>SÉRGIO ANTONIO MARTINS CARNEIRO Diretor de Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, representando também o Ministério da Previdência Social</p> <p>DARCY SANTANA VITO BELLO Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal</p>
REQ nº 322 do Deputado Walter Feldman	06/06/13	"Debater sobre o reconhecimento da Osteopatia como um ramo específico de cuidado à saúde."	<p>JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE Corregedor do Conselho Federal de Medicina</p> <p>FELIPE AMATUZZI Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO</p> <p>ANA PAULA FERREIRA Presidente do Registro Brasileiro de Osteopatas</p>
REQ nº 330 do Deputado Dr. Ubiali	11/06/13	"Esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 5210 de 2009, que trata da obrigatoriedade do enriquecimento com cálcio em bebidas à base de soja, e o papel da soja transgênica na saúde."	<p>JOSÉ MARCOS GONTIJO MANDARINO Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA</p> <p>EDÉLCIO VIGNA Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA</p> <p>LAILA SOFIA MOUAWAD Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA</p> <p>DANIELA SANCHES FROZI Especialista em Saúde Coletiva Pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro Titular da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança</p>
REQ nº 364 do Deputado	13/06/13	"Debater sobre diagnósticos e	<p>MAURICIO ABRÃO Presidente da Associação Brasileira de</p>

Roberto de Lucena		tratamentos da Endometriose bem como discutir a inclusão, no calendário nacional, do dia 08 de maio como o Dia Nacional da Endometriose".	Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva CLÁUDIA VASCONCELOS Presidente do Portal de Informação e Apoio às Portadoras de Endometriose MANOEL ORLANDO GONÇALVES Médico Radiologista MARCELO AVERBACH Cirurgião Colorectal MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde
REQ nº 305 dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Amauri Teixeira, Mandetta, Jandira Feghali, Rogério Carvalho, Paulo Rubem Santiago, Dr. Paulo César e Francisco Floriano	18/06/13	"Debater questões relacionadas à regulamentação da Emenda Constitucional 63, que trata da criação do Piso Salarial Nacional e as Diretrizes do Plano de Carreira dos Profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias."	MIRACI MENDES DA SILVA ASTUN Coordenadora Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde RUTH BRILHANTE Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde MARIA DO SOCORRO DE SOUSA Presidente do Conselho Nacional de Saúde GABRIELLE JACOB KOLLING Consultora da Confederação Nacional dos Municípios
REQ nº 338 da Deputada Carmen Zanotto e nº 321 do Deputado Geraldo Resende	25/06/13	"Discutir sobre o Projeto de Lei nº 1178 de 2011, que reconhece as pessoas com doenças renais crônicas como pessoas com deficiência para todos os fins de direito e debater a situação dos pacientes renais crônicos em todo o País."	DANIEL RINALDI DOS SANTOS Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia PAULO LUCONI Diretor Técnico da Associação Brasileira dos Centros de Diálises e Transplantes RENATO JESUS PADILHA Representante da Associação Pró-Renais Crônicos do Brasil JANILTON FERNANDES LIMA Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência da Presidência da República
REQ nº 342 dos Deputados Walter Feldman, Nilson Leitão, Darciso Perondi e Rosinha da Adefal	02/07/13	"Discutir a inclusão de Kit contendo insulina injetável por caneta descartável na lista da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME."	RITA BORGES Presidente da Associação dos Diabéticos do Mato Grosso LORE LAMB Assessora Técnica do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS CLARICE ALEGRE PETRAMALE Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde no SUS do Ministério da Saúde KELLY REGINA RODRIGUES ROCHA Representante da Associação Nacional de Assistência ao Diabético

REQ nº 368 do Deputado Raimundo Gomes de Matos	04/07/13	"Debater a sistemática de operacionalização da distribuição de água aos municípios nordestinos, em estado de calamidade pública, afetados pela estiagem."	JOSÉ ANTÔNIO DA MOTTA RIBEIRO Coordenador Geral de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA RAFAEL SCHADECK Secretário-Substituto e Chefe do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres Coronel NEUZIVALDO DOS ANJOS FERREIRA Chefe da Divisão de Ações Subsidiárias da 2ª Subchefia do COTER ALEXANDRE LIMA DE FIQUEIREDO TEIXEIRA Gerente de Conjuntura de Recursos Hídricos da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA
REQ nº 388 dos Deputados Mandetta e Mara Gabrilli	06/08/13	"Discutir o PL nº 191/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público fornecer gratuitamente alimentos especiais, fraldas e outros meios para manutenção do conforto, da função e da saúde de pessoas carentes com quadros irreversíveis decorrentes de doenças crônicas, acidentes e outros, após alta hospitalar."	ARISTIDES VITORINO DE OLIVEIRA NETO Coordenador-Geral de Atenção Domiciliar do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde EDUARDO NUNES DE QUEIROZ Defensor Público Federal da Defensoria Pública da União MARIA VALDÊNIA SANTOS DE SOUSA Coordenadora Geral de Regulação e Ações Intersetoriais da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS
REQ nº 371 do Deputado Eleuses Paiva e nº 377 do Deputado Eduardo Sciarra	13/08/13	"Discutir a situação das gripes H1N1 e H7N9, bem como a fabricação de vacinas antivirais no Brasil."	JARBAS BARBOSA Secretário de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde JORGE ELIAS KALIL FILHO Diretor do Instituto Butantan JORGE BERMUDEZ Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da FIOCRUZ BRUNO REBELO PESAMILIO Coordenador do Programa Nacional de Sanidade Avícola, do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ANTONIO GUILHERME DE CASTRO Presidente da Câmara de Sanidade e Produção da União Brasileira de Avicultura - UBABEF
REQ nº 353 dos Deputados Fernando Francischini e William Dib	15/08/13	"Discutir a negativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA do registro da lenalidomida, utilizada no tratamento de pacientes com mieloma múltiplo."	CLARICE ALEGRE PETRAMALE Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde DIRCEU RAPOSO MELLO Diretor de Políticas Públicas da ABRALE - Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia JORGE VAZ Médico da Câmara dos Deputados RAFAEL DE SÁ VASCONCELOS

			Oncologista Especialista em Mieloma
REQ nº 355 dos Deputados Walter Feldman e Dr. Rosinha	20/08/13	"Debater o papel da vitamina D na saúde pública do Brasil."	MICHAEL F. HOLICK Professor Doutor Especialista Mundial em Vitamina D CÍCERO GALLI COIMBRA Professor do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Universidade Federal de São Paulo
REQ nº 344 dos Deputados Liliam Sá, Darcísio Perondi e Rosinha da Adefal	27/08/13	"Discutir o Sistema de Adoção no Brasil"	GABRIEL DA SILVEIRA MATOS Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça LUIZA DE MARILLAC Promotora da 4ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais Difusos e Coletivos da Infância e Juventude do Distrito Federal BÁRBARA TOLEDO Segunda Vice-Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Adoção
REQ nº 369 dos Deputados Padre João, Amauri Teixeira e Rogério Carvalho	29/08/13	"Debater sobre a intoxicação de profissionais e estudantes da Escola Municipal de São José do Pontal, localizada em Rio Verde-GO"	LEONARDO VIEIRA DO CARMO Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Rio Verde-GO MAURO RUBEM Deputado Estadual Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa RUI ALBERTO TEXTOR Vice-Presidente do Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola LUIZ CARLOS de SOUZA Gestor Administrativo da Aviação Agrícola Ltda. Aerotex
REQ nº 376 dos Deputados Erika Kokay e Amauri Teixeira	03/09/13	"Discutir a inclusão no Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurado especial, do catador de material reciclável, conforme propõe o Projeto de Lei nº 3997 de 2012."	ROBERTO CARLOS BATISTA Promotor de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios DANIELA METELLO Coordenadora do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis da Secretaria-Geral da Presidência da República ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social JOSÉ APARECIDO GONÇALVES Diretor Executivo do Centro Mineiro de Referência em Resíduos RONEY ALVES Representante do Movimento Nacional de Catadores
REQ nº 352 da Deputada Rosinha da Adefal	05/09/13	"Discutir sobre o direito à comunicação, à informação, e o universo da surdocegueira, bem como sobre as soluções em acessibilidade"	DR. FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO Assessor da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. ROSANA CIPRIANO Coordenação da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão do Ministério da Educação. ALEX GARCIA

		necessárias à plena inclusão social das pessoas surdocegas."	Representante das Pessoas com Surdocegueira CLAUDIA SOFIA INDALECIO PEREIRA Representante das Pessoas com Surdocegueira
REQ nº 414 do Deputado Paulo Rubem Santiago	17/09/13	"Discutir sobre a atuação do Sistema Nacional de Auditoria do SUS."	VALDIR AGAPITO TEIXEIRA Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União LUCIENI PEREIRA DA SILVA Presidente da Associação Nacional dos Tribunais de Conta GENIBERTO PAIVA CAMPOS Médico Cardiologista membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde
REQ nº 315 do Deputado Alexandre Roso	24/09/13	"Debater com a sociedade civil organizada e o Governo Federal sobre políticas públicas e de inclusão na sociedade para os pacientes com doenças raras."	JORGE AMARO Coordenador-Geral do CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência ROGÉRIO LIMA Diretor-Presidente da Associação Maria Vitória - AMAVI MARCELO NEVES Professor de Direito Público da Universidade de Brasília-UNB MÁRIO SAPORTA Pesquisador do Laboratório Nacional de Células Tronco Embrionárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro
REQ nº 415 da Deputada Nilda Gondim	26/09/13	"Discussão do Projeto de Lei nº 4.761 de 2012, que dispõe sobre a prática de equoterapia"	VERA LÚCIA FERREIRA MENDES Coordenadora Geral do Departamento de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde JORGE DORNELES PASSAMANI Presidente da Associação Nacional de Equoterapia - ANDE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA Coordenadora Técnica e Administrativa do Centro de Equoterapia Rancho Cambará ANA MARIA LOW Neuropediatra-ANDE NILTON ABREU ZANCO Coordenador do Curso de Medicina Veterinária e Hospital Veterinário da Universidade Metodista de São Paulo
REQ nº 410 do Deputado Amauri Teixeira	03/10/13	"Debater o esvaziamento do IBGE e a necessidade de concurso público."	MAURO HENRIQUE MACEDO PESSOA - Secretário Adjunto da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SUZANA LAGE DRUMOND Diretora do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística - ASSIBGE

			ANA CARLA MAGNI Economista do IBGE e Diretora do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística - ASSIBGE
REQ nº 430 dos Deputados Benedita da Silva, Eleuses Paiva, Padre João, Geraldo Resende, Dr. Jorge Silva, Colbert Martins e Osmar Terra	08/10/13	"Debater o Projeto de Lei nº 4702 de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa."	NEUSA PIVATO MULLER Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República DANIEL GROISMAN Professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz JORGE ROBERTO AFONSO DE SOUZA E SILVA Presidente da Associação de Cuidadores de Idosos de Minas Gerais MÁRIO JORGE DOS SANTOS FILHO Diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde MIRACI MENDES ASTUN Coordenadora Geral da Negociação e Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde
REQ 425 dos Deputados Mandetta, Eleuses Paiva, Colbert Martins, Padre João, Geraldo Resende, Dr. Jorge Silva, João Ananias, Osmar Terra	10/10/13	"Discutir o PL nº 6.959/2010, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista" e o PL nº 3.804/2012, que regulamenta a profissão de Naturólogo"	JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRO Corregedor do Conselho Federal de Medicina LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO Vice-Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional ADRIANA ELIAS MAGNO DA SILVA Professora do curso de Naturologia da Universidade Anhembi Morumbi DANIEL MAURICIO DE OLIVEIRA RODRIGUES Vice-Presidente da Associação Brasileira de Naturologia ADEILDE MARQUES Vice-Presidente da Federação Nacional dos Terapeutas MORIEL SOPHIA Diretor do Sindicato Nacional dos Terapeutas Naturistas
REQ nº 433 da Deputada Érika Kokay e Requerimento nº 437 do Deputado Colbert Martins	15/10/13	"Traçar diretrizes de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e debater sobre a utilização de células tronco em pacientes com anemia falciforme."	ANGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial GILDÁSIO DE CERQUEIRA DALTRO Chefe do Departamento de Cirurgia Experimental e Especialidades da Universidade Federal da Bahia PATRÍCIA GONÇALVES FREIRE DOS SANTOS Representante da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde MARIA APARECIDA DE ASSIS PATROCLO Representante da ONG Criola RUI LEANDRO DA SILVA Coordenador Geral de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social do Ministério da Saúde
REQ nº 453 do Deputado Padre João	17/10/13	"Debater sobre os impactos das desonerações	FLÁVIO VAZ Rede Plataforma Política Social GUILHERME COSTA DELGADO

		tributárias sobre o financiamento da da seguridade social."	Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. ROGÉRIO NAGAMINE CONSTANZI Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário-IBDP REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
REQ nº 434 do Deputado Eduardo Barbosa	24/10/13	"Debater o Projeto de Lei nº484, de 2011, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do Sistema Único de Saúde."	JOSÉ SIMON CAMELO JÚNIOR Professor da Escola de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR Vice-Diretor do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais ANA ESTELA GOLDBECK Responsável pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal do Ministério da Saúde
REQ nº 426 do Deputado Eleuses Paiva	05/11/13	"Analisar e tratar os encaminhamentos e desdobramentos do Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões da Saúde".	JOSÉ TADEU DA SILVA Representante do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas ZILAMAR COSTA FERNANDES Membro do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde MIRACI MENDES DA SILVA ASTUN Coordenadora Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde
REQ nº 351 da Deputada Rosinha da Adefal	07/11/13	"Discutir a condição de múltipla vulnerabilidade da mulher com deficiência."	RURANY SILVA Coordenadora Secretaria de Políticas para as Mulheres SOLANGE MARIA FERREIRA Coordenadora Geral de Promoção da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência MÁRCIA GORI Presidente da Ong "Essas Mulheres" VIVIANE FERREIRA SILVA Mestre em Comunicação e Semiótica Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB
REQ 402 das Deputadas Mara Gabrielli, Erika Kokay e Benedita da Silva	12/11/13	"Debater sobre a Atenção Domiciliar em Saúde".	DIANA CARMEM ALMEIDA Gerente Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA FÁTIMA IELDA OLIVEIRA BRAGA Presidente da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal - ABRAME CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA Coordenadora do Programa de Assistência Ventilatória Domiciliar da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará ARISTIDES DE OLIVEIRA Coordenador Geral de Atenção Domiciliar do

			Ministério da Saúde
REQ nºs 424 e 460 da Deputada Rosane Ferreira	21/11/13	"Analisar e discutir os investimentos realizados, bem como os resultados obtidos, por meio do programa Crack, É possível Vencer e também discutir a pesquisa realizada pela FIOCRUZ sobre o perfil do consumidor de Crack no Brasil."	FRANCISCO INÁCIO BASTOS Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas MARTA KLUMB Representante da Secretaria de Educação Básica (Programa Saúde na Escola) do Ministério da Educação HELVÉCIO MIRANDA Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
REQ nº 431 dos Deputados Érika Kokay, Mandetta, Eleuses Paiva, Colbert Martins, Padre João, Geraldo Resende, Dr. Jorge Silva, João Ananias e Osmar Terra	28/11/13	"Traçar diretrizes de implementação em território nacional da Política Nacional para a população em situação de rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009."	CARLOS ALBERTO RICARDO JÚNIOR Coordenador do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República TELMA MARANHO GOMES Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do MDS MARIA LÚCIA DOS SANTOS PEREIRA Representante do Movimento Nacional da População de Rua e Conselheira da Saúde  MARIA LÚCIA LOPES DA SILVA Doutora em Política Social da Universidade de Brasília
REQ nº 456 das Deputadas Gorete Pereira e Nilda Gondim	12/12/13	"Debater a qualidade dos medicamentos comercializados no Brasil".	EDUARDO LEAL Diretor do Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde da FIOCRUZ TIAGO LANIUS RAUBER Gerente de Monitoramento da Qualidade e Fiscalização de Insumos Farmacêuticos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA JOSÉ IRAN DE CARVALHO RABELO Presidente da Comissão Científica da Academia Cearense de Medicina MARCELO LIEBHARDT Diretor de Assuntos Econômicos da INTERFARMA- Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa LEANDRO PINHEIRO SAFATLE Assessor Técnico da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde
REQ nº 440 dos Deputados Alexandre Roso, Beto Albuquerque, Mandetta, João Ananias, Geraldo Resende,	17/12/13	"Discutir a melhoria de infraestrutura para a realização de transplantes de medula óssea".	MARIA DO CARMO Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgências do Ministério da Saúde LUIZ FERNANDO BOUZAS Diretor do Centro de Transplante de Medula Óssea do Instituto do Câncer - INCA BEATRIZ MAC DOWELL SOARES Diretora Presidente da Fundação Hemocentro de Brasília FLÁVIA LIMA MOREIRA

Colbert Martins, Eleuses Paiva, Padre João, Osmar Terra, Mara Gabrilli e Dr. Jorge Silva			Doadora de Medula Óssea FERNANDA LIMA MOREIRA Transplantado de Medula Óssea
---	--	--	---

## Anexo II

### Proposições Apreciadas

PL-4312/2008 DR. UBIALI - Acrescenta disposição à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Rogério Carvalho, Nazareno Fonteles e Fernando Marroni.. Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 20/03/13.

PL-6820/2010 SENADO FEDERAL - IDELI SALVATTI - Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação antipapilomavírus humano (HPV) à população.

Aprovado o Parecer por Unanimidade.. Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4483/2012, do PL 7551/2010, do PL 5694/2009, do PL 449/2011, do PL 1430/2011, do PL 3964/2012, e do PL 4540/2012, apensados. Em 20/03/13.

PL-7201/2010 RICARDO BERZOINI - Altera o art. 47 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a reabilitação profissional no caso de recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez.

Aprovado o Parecer por Unanimidade.. Parecer do Relator, Dep. Rogério Carvalho (PT-SE), pela aprovação. Em 20/03/13.

PL-244/2011 SANDES JÚNIOR - Altera a redação do § 2º do art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Aprovado o Parecer por Unanimidade.. Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PSB-PE), pela aprovação. Em 20/03/13.

PL-4135/2012 SENADO FEDERAL - VANESSA GRAZZIOTIN - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para tomar obrigatória a assistência de técnico responsável na assistência farmacêutica realizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Aprovado o Parecer por Unanimidade. Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3569/2012, e do PL 2459/2011, apensados. Em 20/03/13.

PL-826/2007 FERNANDO CORUJA - Proíbe a industrialização e comercialização de produtos alimentícios em cuja composição conste gordura transaturada.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-

- ES), pela aprovação deste, do PL 1319/2007, e do PL 1770/2007, apensados, com substitutivo. Em 27/03/13.
- PL-3713/2008      DAVI ALCOLUMBRE - Acrescenta § 2º, ao art. 1º, da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (DEM-SP), pela aprovação deste, e do PL 7884/2010, apensado, com substitutivo. Em 10/04/13.
- PL-4841/2009      DIMAS RAMALHO - Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo - SINAC.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (DEM-SP), pela aprovação. Em 10/04/13.
- PL-2389/2011      SENADO FEDERAL - SÉRGIO ZAMBIASI - Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Nazareno Fonteles (PT-PI), pela aprovação deste, do PL 7901/2010, e do PL 3348/2012, apensados, com substitutivo. Em 10/04/13.
- PL-2785/2011      PODER EXECUTIVO - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação deste e da emenda da CSPCCO Em 10/04/13.
- PL-2965/2011      ROGÉRIO CARVALHO - Institui o Vale-Transporte Social, visando garantir o direito à mobilidade urbana da população e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/04/13.
- PL-7898/2010      MANOEL JUNIOR - Acrescenta alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, na declaração do Imposto de Renda, das despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PMDB-CE), pela aprovação. Em 24/04/13.
- PL-7/2011      WELITON PRADO - Determina que os órgãos competentes construam ginásios

poliesportivos específicos para o paradesporto e lazer das pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto. Em 24/04/13.

PL-3888/2012

SANDRA ROSADO - Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que "cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências".

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação. Em 24/04/13.

PL-4539/2008

BETO ALBUQUERQUE - Dispõe sobre o "Selo Empresa Solidária com a Vida" e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PSB-PE), pela aprovação, com emenda. Em 22/05/13.

PL-7792/2010

SENADO FEDERAL - INÁCIO ARRUDA - Acrescenta art. 143-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre aposentadoria por idade de repentistas, e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PMDB-CE), pela aprovação. Em 22/05/13.

PL-235/2011

SANDES JÚNIOR - Inclui parágrafo único ao art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do PL 258/2011, e do PL 2366/2011, apensados, com substitutivo. Em 22/05/13.

PL-1735/2011

SANDRA ROSADO - Altera a redação dos arts. 134 e 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para determinar a alocação de recursos nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para o financiamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação deste, do PL 1993/2011, e do PL 2544/2011, apensados, com substitutivo. Em 22/05/13.

PL-6492/2006

SANDRA ROSADO - Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.

- Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Mandetta.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação do substitutivo do Senado Federal ao PL 6492/2006. Em 29/05/13.
- PL-6492/2006 SANDRA ROSADO - Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Roberto Britto (PP-BA), pela aprovação. Em 29/05/13.
- PL-444/2011 WALTER TOSTA - Assegura a alfabetização em braile.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação, com substitutivo. Em 29/05/13.
- PL-3998/2012 SENADO FEDERAL - ANA AMÉLIA - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste nos termos do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda. Em 29/05/13.
- PL-4832/2012 ONOFRE SANTO AGOSTINI - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização, em todo território nacional, do protocolo de avaliação do frênulo da língua em bebês recém-nascidos - "teste da linguinha" - e a realização de cirurgia corretiva.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Nilda Gondim (PMDB-PB), pela aprovação deste, e do PL 5146/2013, apensado, com substitutivo. Em 29/05/13.
- PL-7203/2010 RICARDO BERZOINI - Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão da habilitação profissional como prestação de serviço ao segurado e dependente do Regime Geral de Previdência Social.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 26/06/13.
- PL-3019/2011 ERIKA KOKAY - Acrescenta o art. 259-A à Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para estabelecer prazos para os Municípios se adequarem as normas nela previstas.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação. Em 03/07/13.

- PL-3077/2011 SENADO FEDERAL - DELCÍDIO DO AMARAL - Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação e manutenção e em outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Antonio Brito (PTB-BA), pela aprovação. Em 03/07/13.
- PL-4053/2012 MANATO - Acrescenta § 5º ao art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para excluir como beneficiário de pensão por morte o dependente que cometeu, tentou ou participou de crime de homicídio doloso contra o segurado.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2012 da CSSF, com substitutivo. Em 03/07/13.
- PL-3554/2012 SENADO FEDERAL - FLÁVIO ARNS - Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação. Em 28/08/13.
- PL-3596/2012 SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PSD-RJ), pela aprovação. Em 28/08/13.
- PL-3673/2012 SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PSD-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2012 da CSSF. Em 28/08/13.
- PL-3956/2012 SENADO FEDERAL- PAPALÉO PAES - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosane Ferreira (PV-PR), pela aprovação. Em 28/08/13.

- PL-4137/2012 SENADO FEDERAL - PAULO DAVIM - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a promoção de ações de imunização necessárias à proteção dos trabalhadores expostos ao risco de doenças infectocontagiosas.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 28/08/13.
- PL-2598/2007 GERALDO RESENDE - Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.
- Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Eduardo Barbosa, Darcísio Perondi, Mandetta, Jhonatan de Jesus, Alexandre Roso, Mara Gabrielli, William Dib, Eleuses Paiva e Colbert Martins e com a abstenção dos Deputados João Ananias e Carmen Zanotto, apresentou voto em separado o Deputado Pastor Eurico..  
Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PMDB-CE), pela aprovação deste, do PL 3265/2008, do PL 4474/2008, do PL 6103/2009, do PL 6482/2009, do PL 6550/2009, do PL 2592/2011, do PL 5449/2013, do PL 7694/2010, do PL 248/2011, do PL 1963/2011, do PL 5998/2013, do PL 6050/2009, do PL 4346/2012, do PL 5577/2013, do PL 6029/2013, do PL 7988/2010, do PL 326/2011, do PL 3820/2012, e do PL 4616/2012, apensados, com substitutivo. Em 11/09/13.
- PDC-825/2013 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, celebrado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR), pela aprovação. Em 11/09/13.
- PL-3114/2008 SENADO FEDERAL - PAPALÉO PAES - Dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública.
- Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Geraldo Resende, Danilo Forte, Marcus Pestana, Mandetta, Rosane Ferreira, William Dib e Carmen Zanotto.  
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação. Em 18/09/13.
- PL-1272/2011 SENADO FEDERAL - MARIA DO CARMO ALVES - Torna obrigatório o fornecimento gratuito de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis por hotéis, motéis, pousadas, pensões e similares.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Saraiva Felipe (PMDB-MG), pela aprovação deste, e da Emenda de Relator 1 da CTD. Em 18/09/13.

- PL-2431/2011 FELIPE BORNIER - Proíbe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária de vetar a produção e comercialização dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.
- Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Padre João e Fernando Marroni.  
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dr. Paulo César (PSD-RJ), pela aprovação.  
Em 18/09/13.
- PL-2570/2011 FRANCISCO ESCÓRCIO - Acrescenta artigos à Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a composição e forma de deliberação das comissões intergestores do Sistema Único de Saúde.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com substitutivo.  
Em 18/09/13.
- PL-3256/2012 SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situações de vulnerabilidade temporária" de que trata o caput do artigo.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação deste, e do PL 4652/2012, apensado, com substitutivo. Em 18/09/13.
- PL-4745/2012 SENADO FEDERAL - PAULO DAVIM - Altera as Leis nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que "dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências", nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que "institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências", e nº 5.905, de 12 de julho de 1973, que "dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências", para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem, e revoga o Decreto-Lei nº 4.113, de 14 de fevereiro de 1942.
- Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Mandetta.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 18/09/13.
- PDC-1026/2013 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social, assinado em Brasília, em 15 de dezembro de 2011.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 18/09/13.
- PL-1808/2011 DR. JORGE SILVA - Altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas.

- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), pela aprovação deste, com emenda. Em 25/09/13.
- PL-1823/2011 SANDRA ROSADO - Assegura à mulher, na condição de chefe de família o direito de aquisição de terras públicas.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado a Deputada Jandira Feghali.  
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação, com substitutivo. Em 25/09/13.
- PL-3764/2012 RICARDO IZAR - Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, Pet Shops e estabelecimentos congêntos e a produção em embalagens apropriadas para tal fim.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosane Ferreira (PV-PR), pela aprovação deste, da Emenda apresentada na Comissão de Seguridade Social e Família, da Emenda de Relator da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com emenda. Em 25/09/13.
- PL-3769/2012 PAULO MAGALHÃES - Dispõe sobre a legitimação dos imóveis urbanos que não possuem escrituras públicas e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Colbert Martins (PMDB-BA), pela aprovação. Em 25/09/13.
- PL-4136/2012 SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação. Em 25/09/13.
- PL-2810/2008 SILAS CÂMARA - Cria a obrigação de instalação de gerador de energia em hospitais do SUS.
- Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Alexandre Roso contra os votos dos Deputados José Linhares e Amauri Teixeira. O parecer do Relator, Dep. José Linhares, passou a constituir Voto em Separado.  
Parecer Vencedor, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação deste, e do PL 6627/2009, apensado, com substitutivo. Em 02/10/13.
- PL-4297/2012 ÂNGELO AGNOLIN - Dispõe sobre a não suspensão do Benefício da Prestação Continuada das pessoas com deficiência, na forma que especifica e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 02/10/13.

- PL-4381/2012 AMAURI TEIXEIRA - Acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o direito de regresso da Previdência Social perante o agressor.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Sueli Vidigal (PDT-ES), pela aprovação. Em 02/10/13.
- PL-1638/2011 SENADO FEDERAL - GLEISI HOFFMAN - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para a concessão do benefício da aposentadoria por idade para as donas de casa de baixa renda previsto no § 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Íris de Araújo (PMDB-GO), pela aprovação deste, do PL 3082/2012, do PL 3594/2012, e do PL 294/2011, apensados, com substitutivo. Em 30/10/13.
- PL-3575/2012 SIMÃO SESSIM - Altera a redação dos arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências". Dispõe sobre a prioridade especial das pessoas maiores de 80 (oitenta) anos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. José Linhares (PP-CE), pela aprovação. Em 30/10/13.
- PL-4284/2012 SENADO FEDERAL - PAULO BAUER - Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3534/2008, apensado. Em 30/10/13.
- PL-7214/2010 RICARDO BERZOINI - Acrescenta parágrafo § 2º ao art. 117 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre convênio com a Previdência Social.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 06/11/13.
- PL-7487/2010 SENADO FEDERAL - SIBÁ MACHADO - Altera a Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, que "regulamenta a concessão do benefício previsto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências", para permitir o reconhecimento da condição de beneficiário mediante prova testemunhal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação, com emenda. Em 06/11/13.
- PL-7797/2010 SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de

- 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para incluir o lúpus e a epilepsia entre as doenças cujos portadores são dispensados de cumprir prazo de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 06/11/13.
- PL-4456/2012 SENADO FEDERAL - RENAN CALHEIROS - Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação deste, e da Emenda apresentada na Comissão, com substitutivo. Em 06/11/13.
- PLP-161/2000 RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Cria o Fundo de Reparação Civil.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela aprovação, com emendas. Em 13/11/13.
- PL-3939/2012 DR. GRILLO - Institui a semana nacional de prevenção ao câncer bucal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Lael Varella (DEM-MG), pela aprovação. Em 13/11/13.
- PLP-123/2012 DARCÍSIO PERONDI - Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.
- Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Osmar Terra contra os votos dos Deputados Amauri Teixeira, Padre João, Assis Carvalho e Nazareno Fonteles, apresentou declaração de voto o Deputado Rogério Carvalho. O parecer do Relator, Dep. Nazareno Fonteles, passou a constituir Voto em Separado..  
Parecer Vencedor, Dep. Osmar Terra (PMDB-RS), pela aprovação deste, do PLP 124/2012, do PLP 309/2013, do PLP 341/2013, do PLP 226/2012, e do PLP 321/2013, apensados, com substitutivo. Em 20/11/13.
- PL-5823/2001 LUIZ CARLOS HAULY - Altera o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal".
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela aprovação deste com a emenda aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Em 27/11/13.

- PL-3783/2008 CARLOS BEZERRA - Acrescenta parágrafo ao Art. 391 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à mulher sob estabilidade provisória a continuidade do benefício em caso de falecimento do filho.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Em 27/11/13.
- PL-1285/2011 FELIPE BORNIER - Cria o Banco de Prótese Mamária.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação. Em 27/11/13.
- PL-3086/2012 SENADO FEDERAL - ANA AMÉLIA - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para incluir a esclerose lateral amiotrófica e a hepatopatia grave entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação deste, do PL 8013/2010, do PL 388/2011, do PL 479/2011, e do PL 5378/2009, apensados, com substitutivo. Em 27/11/13.
- PL-22/2007 DR. ROSINHA - Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Saraiva Felipe.  
Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação deste, com as modificações presentes nas três emendas apresentadas na Comissão de Defesa do Consumidor e as emendas apresentadas em anexo. Em 11/12/13.
- PL-6445/2009 FÁBIO FARIA - Institui o Fundo Nacional de Combate ao Câncer.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 11/12/13.
- PL-4753/2012 BENEDITA DA SILVA - Dispõe sobre a inclusão, nos cursos de formação dos profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança pública de conteúdos programáticos, referentes à identificação de maus-tratos, negligência e de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer do Relator, Dep. Henrique Afonso (PV-AC), pela aprovação. Em 11/12/13.
- PL-4761/2012 SENADO FEDERAL - FLÁVIO ARNS - Dispõe sobre a prática de equoterapia.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.  
Parecer da Relatora, Dep. Nilda Gondim (PMDB-PB), pela aprovação, com substitutivo.  
Em 11/12/13.

- PL-7197/2002      SENADO FEDERAL - ADEMIR ANDRADE - Acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.
- Rejeitada em 27/03/13.
- PL-4101/2008      SENADO FEDERAL - GERALDO MESQUITA JÚNIOR - Altera o art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar o repasse de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do programa Bolsa Família, à divulgação, por esses entes, de informações dos beneficiários na rede mundial de computadores (Internet).
- Rejeitada em 27/03/13.
- PL-7188/2006      ENIO BACCI - Determina a inclusão obrigatória de informações claras e precisas, nas embalagens, sobre a utilidade de todos os medicamentos.
- Rejeitada em 10/04/13.
- PFC-89/2009      ELCIONE BARBALHO - Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados realize ato de fiscalização e controle para verificar a aplicação de recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde/MS ao Município de Belém, Estado do Pará.
- Rejeitada em 10/04/13.
- PL-1962/2011      TERESA SURITA - Altera a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, para obrigar a contratada no âmbito do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC a aplicar 1% do valor total do contrato em projetos sociais sustentáveis para crianças, adolescentes e jovens da comunidade do entorno da obra.
- Rejeitada em 10/04/13.
- PL-7476/2006      PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre as prescrições médicas e odontológicas, em garantia do princípio da transparência e do direito do consumidor de medicamentos à informação.
- Rejeitada em 24/04/13.
- PL-4270/2008      SANDES JÚNIOR - Dispõe sobre acomodação segura de crianças no transporte interestadual de passageiros.
- Rejeitada em 24/04/13.

PL-6521/2009	<p>JOÃO DADO - Institui nas escolas públicas programa de educação para prevenção dos cânceres de mama e de colo do útero.</p> <p>Rejeitada em 24/04/13.</p>
PL-2804/2008	<p>SILAS CÂMARA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipamento em hospital do Sistema Único de Saúde - SUS</p> <p>Rejeitada em 22/05/13.</p>
PL-2020/2011	<p>ROMERO RODRIGUES - Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o limite do benefício variável.</p> <p>Rejeitada em 22/05/13.</p>
PL-7892/2010	<p>LUIZ CARLOS HAULY - Altera a Lei nº 10.836, de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências".</p> <p>Rejeitada em 29/05/13.</p>
PL-2016/2011	<p>NELSON BORNIER - Dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias a disponibilizarem gratuitamente balanças em seus estabelecimentos.</p> <p>Rejeitada em 29/05/13.</p>
PL-5137/2009	<p>MILTON MONTI - Dispõe sobre informações quanto à origem e qualidade da água utilizada em instalações hidráulicas e sanitárias de hotéis.</p> <p>Rejeitada em 05/06/13.</p>
PL-7763/2010	<p>LUIZ CARLOS HAULY - Dispõe sobre o repasse pela União Federal aos municípios dos valores superiores ao percentual de 15% da arrecadação em ações e serviços públicos de saúde e dá outras providências.</p> <p>Rejeitada em 05/06/13.</p>
PL-6505/2009	<p>DR. UBIALI - Altera o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a prescrição de ação para haver prestação vencida ou restituição ou diferença devida pela Previdência Social.</p> <p>Rejeitada em 26/06/13.</p>
PL-3064/2011	<p>ROMERO RODRIGUES - Dispõe sobre a divulgação de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em estabelecimentos públicos de saúde.</p> <p>Rejeitada em 03/07/13.</p>

- PL-3471/2012 FERNANDO JORDÃO - Concede anistia para as Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fim econômico, hospitais de natureza religiosa e entidades de saúde de reabilitação física de deficientes sem fins lucrativos, que tenham débitos de tributários e previdenciários e com o Fundo Nacional de Saúde.
- Rejeitada em 21/08/13.
- PL-6686/2009 SENADO FEDERAL - OSMAR DIAS - Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.
- Rejeitada em 28/08/13.
- PL-6823/2010 SENADO FEDERAL - MARISA SERRANO - Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e antirrábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares.
- Rejeitada em 28/08/13.
- PL-4949/2009 BETO FARO - Proíbe a adição de gorduras interesterificadas nos alimentos destinados ao consumo humano.
- Rejeitada em 11/09/13.
- PL-4019/2008 ELCIONE BARBALHO - Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para permitir a separação litigiosa e o divórcio litigioso por meio de convenção de arbitragem, salvo quando houver interesse de incapazes.
- Rejeitada em 18/09/13.
- PL-3425/2012 MARCO TEBALDI - Dispõe sobre a realização das consultas médicas e exames de catarata e glaucoma em toda rede do Sistema Único de Saúde - SUS no prazo que se estipula, e dá outras providencias.
- Rejeitada em 18/09/13.
- PL-184/2011 WELITON PRADO - Institui a "Fila Zero" para realização de exames de radioterapia, quimioterapia e ressonância magnética, no atendimento aos pacientes dos hospitais públicos e dos conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS.
- Rejeitada em 25/09/13.
- PL-225/2011 SANDES JÚNIOR - Cria a notificação compulsória dos casos de violência doméstica por toda a rede de serviços de saúde e secretarias de segurança pública existentes no território nacional.

	Rejeitada em 25/09/13.
PL-3824/2008	VALDIR COLATTO - Acrescenta art. 25-B à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para equiparar o produtor rural pessoa jurídica ao produtor rural pessoa física, para fins de contribuição previdenciária.
	Rejeitada em 02/10/13.
PLP-201/2012	SENADO FEDERAL - GIM ARGELLO - Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos garçons.
	Rejeitada em 23/10/13.
PL-7096/2010	CLEBER VERDE - Cria a obrigatoriedade da manutenção de UTI - Unidade de Terapia Intensiva e Banco de Sangue em clínicas médicas para realização de cirurgias de lipoaspiração."
	Rejeitada em 06/11/13.
PL-617/2011	MARCO TEBALDI - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de giz antialérgico nas escolas públicas e privadas e dá outras providências.
	Rejeitada em 06/11/13.
PL-941/2011	WALNEY ROCHA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame de ecocardiograma nos recém-nascidos com síndrome de down em âmbito nacional e dá outras providências.
	Rejeitada em 06/11/13.
PL-2541/2011	NEILTON MULIM - Estabelece a comunicação direta de Instituições de Saúde com o Ministério Público para liberação imediata de medicamentos de uso continuado ou não, artigos, exames e assistências para pacientes portadores de doenças crônicas ou que sofram risco iminente de morte a partir da prescrição.
	Rejeitada em 11/12/13.
PL-3755/2012	MANUELA D'ÁVILA - Concede incentivos fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS para a fabricação e comercialização de alimentos destinados aos portadores de diabetes.
	Rejeitada em 11/12/13.

